

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO

Jefferson Expedito Almeida

A Misericórdia Divina como Fundamento da Alegria Sacerdotal
À Luz do Concílio Vaticano II

SÃO PAULO

2026

Pontifícia Universidade Católica De São Paulo
Faculdade Nossa Senhora Da Assunção

Jefferson Expedito Almeida

**A Misericórdia Divina como Fundamento da Alegria Sacerdotal
À Luz do Concílio Vaticano II**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Universidade Católica de São Paulo, como
exigência parcial para obtenção do título de
BACHAREL em **Teologia**, sob a orientação do
Prof. Dr. Pe. Tiago Gurgel Vale.

SÃO PAULO

2026

Jefferson Expedito Almeida

**A Misericórdia Divina como Fundamento da Alegria Sacerdotal
À Luz do Concílio Vaticano II**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de BACHAREL em **Teologia**, sob a orientação do Prof. Dr. Pe. Tiago Gurgel Vale.

Aprovado em: ____/____/____.

Prof. Dr. Pe. Tiago Gurgel Vale – (orientador) PUC-SP

Dr. Nome Completo – Sigla da Instituição

Dr. Nome Completo – Sigla da Instituição

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pelo dom da vida. Sou fruto do amor de meus pais, Josias S. Almeida e Maria da Conceição F. Almeida, unidos no sagrado matrimônio há 54 anos. Pela graça divina, nasci às 15 horas, de parto normal. É a hora da Misericórdia, o momento em que Jesus entregou sua vida para a salvação do mundo. Segundo os Sinóticos.

Agradeço o dom da alegria plena que vivo no Deus que é Pai das Misericórdias. Rendo louvores ao Deus Uno e Trino, em cuja vida íntima fui enxertado e na qual recebi o amor efusivo do Espírito Santo nas águas do batismo.

Minha profunda gratidão aos meus familiares: meus sete irmãos, em especial o Gilson e a Jenifer que ajudaram na revisão e no *abstract* deste trabalho acadêmico. Aos cunhados, sobrinhos, afilhados, tios e amigos queridos que, com carinho, rezam por mim e apoiam a minha caminhada.

Expresso minha gratidão a Dom Pedro Carlos Cipolini, pai e pastor de nossa Igreja Particular de Santo André, aos meus formadores e aos meus irmãos seminaristas, cuja convivência e partilha diária têm sido causa de alegria.

Agradeço aos padres que me acompanharam nos estágios pastorais durante a Teologia, nomeadamente Jean Rafael, Júlio Miguel e Tiago Sibula, e a tantos outros sacerdotes que me incentivam de perto; de modo especial, sou grato àqueles que, no confessionário, escutam e acolhem os penitentes, sendo verdadeiros e alegres instrumentos da Misericórdia Divina.

Aos meus diretores de espiritualidade e estudo, padres Herculano e Rafael Capelato, rendo meus sinceros agradecimentos. A este último, de forma especial, sou grato pelo incentivo e maestria; mediante sua direção metodológica, seus conselhos e orações, ele me conduziu no processo de lapidar e abraçar o tema da Misericórdia com Alegria.

Aos professores e amigos de faculdade que enriqueceram esta jornada. Deixo aqui um reconhecimento especial ao meu orientador, Prof. Pe. Tiago Gurgel Vale. O convívio com todos vocês, muitas vezes fez com que as exigências do ambiente acadêmico se transformassem em um espaço verdadeiramente leve, alegre e propício ao saber.

Por fim, mas não menos importante, expresso minha imensa gratidão ao Povo de Deus do qual faço parte. Vocês que, em meio às lutas, alegrias e desafios da vida, trabalham arduamente todos os dias e partilham com tanta generosidade o fruto do seu suor para manter os meus estudos e a minha formação em vista do sacerdócio católico. Minha vocação é amparada pelo amor, orações e pelo sacrifício de cada um de vocês. Deus os abençoe!

“Deus nunca Se cansa de perdoar, somos nós que nos cansamos de pedir a sua misericórdia.”

“Precisamos sempre de contemplar o mistério da misericórdia. É fonte de alegria, serenidade e paz.”

(Francisco. *Evangelii Gaudium*, n. 3; *Misericordiae Vultus*, n. 2).

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso investiga a intrínseca relação entre a misericórdia divina e a alegria sacerdotal no contexto pós-Concílio Vaticano II. O objetivo central é compreender como a experiência da compaixão de Deus fundamenta e sustenta a identidade e a missão do presbítero contemporâneo. Através de pesquisa bibliográfica e documental, o estudo analisa fontes bíblicas, patrísticas e o magistério eclesial, com destaque para os documentos conciliares (*Lumen Gentium*, *Presbyterorum Ordinis* e *Gaudium et Spes*) e as reflexões pontificias de João XXIII, Paulo VI, João Paulo II, Francisco, Bento XVI e o Papa Leão XIV. O primeiro capítulo aborda a eclesiologia renovada do Vaticano II e as raízes da teologia da alegria. O segundo aprofunda a misericórdia, evidenciando-a como a revelação definitiva em Cristo e o princípio supremo da disciplina eclesial, voltada à salvação das almas. O terceiro capítulo consolida a tese, amparado no Documento de Aparecida e na obra de Walter Kasper, de que a alegria presbiteral não é um otimismo sociológico passageiro, mas uma certeza teológica decorrente da vivência contínua do perdão divino. Conclui-se que o sacerdote atua como autêntico servidor da alegria ao encarnar a caridade pastoral e a misericórdia, sendo este o maior antídoto contra o excesso de burocracia e a mundanidade espiritual.

Palavras-chave: Misericórdia Divina; Alegria Sacerdotal; Concílio Vaticano II; Ministério Presbiteral; Teologia Pastoral.

ABSTRACT

This study reflects on the intrinsic relationship between divine mercy and priestly joy in the post–Second Vatican Council context. Its central aim is to understand how the experience of God's compassion grounds and sustains the identity and mission of the contemporary presbyter. Through bibliographic and documentary research, the study engages biblical and patristic sources, as well as the ecclesial magisterium, with particular emphasis on the conciliar documents (*Lumen Gentium*, *Presbyterorum Ordinis*, and *Gaudium et Spes*), alongside the pontifical reflections of John XXIII, Paul VI, John Paul II, Benedict XVI, Francis, and Pope Leo XIV. The first chapter considers the renewed ecclesiology of the Second Vatican Council and the foundations of a theology of joy. The second chapter offers a deeper reflection on mercy, presenting it as the definitive revelation in Christ and the supreme principle of ecclesial discipline, oriented toward the salvation of souls (*salus animarum*). The third chapter brings the argument to completion, drawing on the Aparecida Document and the work of Walter Kasper to affirm that priestly joy is not a fleeting sociological optimism, but a theological certainty arising from the ongoing experience of divine forgiveness. The study concludes that the priest serves as an authentic witness of joy by embodying pastoral charity and mercy, which stand as the most effective antidote to excessive bureaucracy and spiritual worldliness.

Keywords: Divine Mercy; Priestly Joy; Second Vatican Council; Priestly Ministry; Pastoral Theology.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDC = Código de Direito Canônico

CELAM = Conselho Episcopal Latino-Americano

CNBB = Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Conf. = Confissões de Agostinho de Hipona

DAp = Documento de Aparecida

DD = Carta Apostólica *Desiderio Desideravi* do Papa Francisco

DM = Carta encíclica *Dives in Misericordia* do Papa João Paulo II

DT = Exortação Apostólica *Dilexi Te* do Papa Leão XIV

DV = Constituição Dogmática *Dei Verbum* do Concílio Vaticano II

EG = Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* do Papa Francisco

FGF = Carta Apostólica Fidelidade que Gera Futuro do Papa Leão XIV

GD = Exortação Apostólica *Gaudete in Domino* do Papa Paulo VI

GE = Exortação Apostólica *Gaudete et Exsultate* do Papa Francisco

GS = Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* do Concílio Vaticano II

LG = Constituição Dogmática *Lumen Gentium* do Concílio Vaticano II

MV = Bula *Misericordiae Vultus* do Papa Francisco

NA – Declaração *Nostra Aetate* do Concílio Vaticano II

PO = Decreto *Presbyterorum Ordinis* do Concílio Vaticano II

Sumário

INTRODUÇÃO	10
Capítulo 1 – O SACERDÓCIO E A ALEGRIA NA VISÃO DO CONCÍLIO VATICANO II	13
1.1 Alegria, no contexto bíblico: Antiga e Nova Aliança	13
1.2 A Eclesiologia conciliar: O sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial.....	16
1.3 O Presbyterorum Ordinis e a identidade sacerdotal	19
1.4 O conceito de alegria cristã no Vaticano II: Gaudium et Spes	22
1.5 O Espírito Santo: Fonte de alegria e esperança.....	23
1.6 Paulo VI: A teologia da alegria no Espírito Santo.....	24
Capítulo 2 – MISERICÓRDIA DIVINA NA TEOLOGIA PÓS-CONCILIAR	26
2.1 O Rosto da Misericórdia na Antiga Aliança: Hesed e Rahamim	26
2.2 A Plenitude da Misericórdia em Jesus Cristo.....	27
2.3 A Misericórdia nas fontes da patrística	29
2.4 Misericórdia e Justiça: Uma análise da Dives in Misericordia como paradigma da revelação cristã.....	31
2.5 A Misericórdia como caráter transformador e perene no magistério de Francisco.....	33
2.6 Misericórdia e Justiça: Plenitude e transcendência	34
2.7 A Misericórdia: Uma perspectiva teológica e existencial em três documentos pontifícios.....	35
2.8 A Misericórdia no Código de Direito Canônico	37
Capítulo 3 – A MISERICÓRDIA DIVINA COMO FONTE DE ALEGRIA PARA O SACERDOTE	40
3.1 Identidade Sacerdotal no Documento de Aparecida: A Alegria do Chamado e o Exercício da Misericórdia.....	41
3.2 A Alegria Sacerdotal Fundamentada na Misericórdia: Perspectivas Teológicas em Gaudete et Exsultate e Desiderio Desideravi	43
3.3 O Sacerdote como Testemunho e Servidor da Alegria na Perspectiva de Walter Kasper	45
3.4 A Misericórdia: Testemunho Sacerdotal e Pastoral.....	47
3.5 A dialética da misericórdia e da alegria no testemunho dos santos.....	49
3.6 A prática da misericórdia no diálogo inter-religioso	54
3.7 A Alegria do Magnificat e a Misericórdia do Benedictus.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60

INTRODUÇÃO

O ser humano, em sua essência mais íntima, nasceu para a alegria. Essa busca incessante por um sentido pleno e feliz encontra a sua resposta mais profunda na revelação cristã, ou seja, no Filho de Deus, onde a alegria transcende a mera felicidade circunstancial para se estabelecer como um dom divino e um estado de espírito duradouro. “Eu vos digo isso para que a minha alegria esteja em vós e vossa alegria seja plena.” (Jo 15,11). Historicamente, a Igreja Católica vivenciou um momento luminoso de renovação dessa alegria com a abertura do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), um *aggiornamento* que soprou como uma brisa suave sobre o mundo. O Papa João XXIII, em seu discurso inaugural, exclamou com júbilo que a Igreja desejava se mostrar como uma “mãe amorosa de todos”, preferindo usar o remédio da misericórdia em vez das armas da severidade. A partir desse sopro do Espírito Santo, a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* firmou que as alegrias e esperanças da humanidade são, inseparavelmente, as alegrias e esperanças dos discípulos de Cristo. (cf. GS n.1).

É neste horizonte pós-Concílio Vaticano II quero destacar a profunda relevância da misericórdia divina e da alegria sacerdotal. O presbítero, redefinido pela constituição *Lumen Gentium* e pelo decreto *Presbyterorum Ordinis* não apenas como um membro de uma hierarquia, mas como um servidor no seio do Povo de Deus, encontra sua identidade enraizada no amor compassivo de Cristo. A misericórdia perpassa as Sagradas Escrituras desde a Antiga Aliança, expressando-se no compromisso fiel (*Hesed*) e na ternura visceral (*Rahamim*) de Deus. Essa revelação atinge sua plenitude na encarnação do Verbo do Pai das Misericórdias e Deus de toda Consolação (cf. 2cor 1,3), Jesus Cristo.

Neste sentido, a justificativa deste trabalho repousa na importância vital de explorar a relação entre a misericórdia de Deus e a vivência do ministério presbiteral em tempos contemporâneos. A sociedade atual, muitas vezes marcada pela cultura do descarte, pela desigualdade e pelo esvaziamento espiritual, carece de referenciais de esperança, pois, “a esperança não decepciona” (Rm 5,5).

O ministério sacerdotal corre o risco de ser asfixiado por um pragmatismo burocrático, por atitudes individualistas e clericalismo exacerbado ou por uma “mundanidade espiritual” que rouba o entusiasmo missionário. Diante de cenários onde a burocracia e o ativismo ameaçam transformar o padre em um mero funcionário do sagrado, emerge a necessidade urgente de resgatar o sacerdote como um testemunho vivo e um “servidor da alegria”, capaz de irradiar a misericórdia que ama, acolhe, cura e liberta. Um ministério que não seja nutrido por essa compaixão, por essa gratuidade, perde-se o seu vigor transformador, de poder exultar como na noite da Vigília Pascal: “Ó noite de alegria verdadeira que une de novo o céu e a terra inteira”, ou seja, perde a unção do “óleo da alegria” (Is 61, 3).

Diante desse cenário desafiador e profundamente humano, levanta-se a seguinte questão norteadora que conduzirá esta pesquisa: Como a compreensão e a experiência da misericórdia divina fundamentam e sustentam a alegria sacerdotal à luz do Concílio Vaticano II?

Para responder a esta questão, a presente pesquisa traça objetivos claros e articulados. O primeiro deles é analisar os ensinamentos do Concílio Vaticano II sobre o sacerdócio e a misericórdia, compreendendo como o Magistério conciliar reposicionou o ministério ordenado à luz do serviço, do sacrifício Eucarístico e da compaixão pastoral. Em seguida, o trabalho se propõe a investigar a relação intrínseca entre a misericórdia divina e a alegria na vida sacerdotal. Isso implica demonstrar que a alegria do sacerdote não é um otimismo sociológico passageiro, mas uma certeza teológica ancorada na experiência contínua de ser perdoado e amado por Deus, uma dinâmica explorada desde a tradição patrística até os documentos pontifícios de São João Paulo II, Francisco e Leão XIV. Por fim, busca-se explorar os desafios e as oportunidades para o florescimento da alegria sacerdotal à luz da misericórdia no contexto atual, evidenciando como o testemunho autêntico e a prática da caridade pastoral são antídotos contra a tristeza, a rigidez e a indiferença.

A metodologia adotada para conseguir os objetivos, consistirá em uma abordagem qualitativa de cunho teórico. O uso da pesquisa bibliográfica e da análise documental, tendo como fontes basilares as Sagradas Escrituras, os documentos oficiais do Concílio Vaticano II, as Encíclicas e Exortações Apostólicas contemporâneas, bem como o Código de Direito Canônico e a

reflexão teológica de autores de referência, a exemplo do Cardeal Walter Kasper. Por meio deste percurso metodológico, pretendo proporcionar uma leitura dinâmica, agradável e reflexiva, preservando o rigor acadêmico e a profundidade teológica. O objetivo é inspirar um novo olhar sobre a beleza da vocação sacerdotal, vivenciada sob à luz da “misericórdia com alegria” (Rm 12,8d).

Capítulo 1 – O SACERDÓCIO E A ALEGRIA NA VISÃO DO CONCÍLIO VATICANO II

O capítulo primeiro da pesquisa, foram estabelecidas algumas das bases bíblicas, teológicas, eclesiológicas e conciliar do trabalho, começando por alguns trechos bíblicos, passando pelo pronunciamento da abertura do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) como um momento de renovação e de manifestação da misericórdia, onde a Igreja deseja ser "mãe amorosa de todos". Voltando às fontes da Igreja, ou seja, buscar a pureza e a profundidade da Revelação em seus pilares (Escritura, Tradição e Magistério), sendo a Patrística um período fundamental para entender como essa Revelação foi interpretada e defendida nos primórdios da Igreja.

O foco principal recai sobre a eclesiologia conciliar da *Lumen Gentium* (LG), que redefiniu a Igreja como Povo de Deus e sacramento de união com Deus. A Constituição estabelece uma distinção essencial e não apenas em grau entre o sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico (cf. LG, n. 10). Ao aprofundar o decreto *Presbyterorum Ordinis* (PO), sobre a identidade presbiteral, que emana da participação no tríplice múnus de Cristo profeta, sacerdote e rei (cf. PO, n. 2). Sendo o sacrifício Eucarístico o centro e a raiz de toda a vida do presbítero e no qual ele realiza sua função principal (cf. PO, n. 5 e 14).

Por fim, a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (GS), introduz a alegria como dimensão essencial da vida cristã. A alegria e a esperança da humanidade são também as dos discípulos de Cristo (cf. GS, n. 1). A alegria está ligada à ação do Espírito Santo, que renova o homem e fortalece as aspirações generosas (cf. GS, n. 38).

1.1 Alegria, no contexto bíblico: Antiga e Nova Aliança

A alegria, no contexto bíblico, é um conceito teológico e espiritual profundo, que possui características variadas, tanto na Antiga Aliança quanto na Nova Aliança, que transcendendo a mera felicidade circunstancial para se estabelecer como um estado de espírito duradouro, inerentemente ligado à relação do ser humano com Deus.

Na Antiga Aliança, a alegria (do hebraico *Šimhâ* - שמחה) é compreendida como uma força ontológica e um dom divino, articulada com profundidade na literatura sapiencial, de acordo com uma breve pesquisa na Enciclopédia da Bíblia (1985) o verbete Alegria cita alguns trechos: “Vai, come teu pão com alegria e bebe gostosamente o teu vinho, porque Deus já aceitou tuas obras.” (Ecl 9,7s); capítulos seguintes, encontramos: “Alegra-te, jovem, com tua juventude, sê feliz nos dias da tua mocidade, segue os caminhos do teu coração e os desejos dos teus olhos, saibas, porém, que sobre estas coisas todas Deus te pedirá contas.” (11,9s); no livro de Provérbios encontramos “Um coração contente alegra o semblante, o coração aflito abate o espírito.” (Pr 15,13); no livro dos salmos: “que eu exulte e me alegre com teu amor! Pois viste minha miséria, conhecestes minha opressão” (Sl 31,8); “E os justos se alegram na presença de Deus, eles exultam e dançam de alegria.” (68,4); “pois tu me alegras com teus atos, SENHOR, eu exulto com as obras de tuas mãos” (92,5); “servi a SENHOR com alegria, ide a ele com gritos jubilosos! servi a SENHOR com alegria, ide a ele com gritos jubilosos!” (100,2).

Embora fenomenologicamente associada a eventos terrestres, como núpcias e colheitas, sua autenticidade reside no temor de Deus, contrastando o júbilo efêmero dos ímpios com a perenidade reservada ao justo “que o júbilo dos ímpios é efêmero e a alegria do malvado só dura um instante?” (Jó 20,5). A fonte primordial dessa experiência é o próprio Deus (Ne 8,10; Est 14,18), mediada pela observância da Lei (Sl 2,4; 19,9; 119,1-2), pela liturgia no Templo (Sl 81,2-4; 122,1), pela ordem da criação e pela eleição que fez a Israel (96,11-13; 149,2-4). Como alicerce de resiliência, esse contentamento estabelece a fortaleza espiritual do povo “a alegria de lahweh é a vossa fortaleza!” (Ne 8,10d), sugerindo que a vitalidade e a capacidade de superação dependem diretamente do íntimo de nós com o sagrado. Em última instância, os Salmos localizam a fonte inesgotável dessa emoção na comunhão perpétua com o Criador “Ensinar-me-ás o caminho da vida, cheio de alegrias em tua presença e delícias à tua direita, perpetuamente.” (Sl 16,11), consolidando-a como uma realidade transcendental e eterna, superior a meras realizações humanas.

Já na Nova Aliança, a alegria (grego *Chará* - χαρά) é consolidada como uma característica essencial da vida em Cristo. Essa ênfase é evidente nos Evangelhos, sobretudo em Lucas e João, bem como em Mateus nas bem

aventuras (Mt 5,11s;), e é reforçada nas epístolas (Tg 1,2; 2 Cor 13,11; Flp 4,4; 1 Tess 5,16). Jesus a apresenta como uma herança que Ele concede aos Seus seguidores para que a experiência deles seja completa, ao dizer: “Eu vos digo isso para que a minha alegria esteja em vós e vossa alegria seja plena.” (Jo 15,11). Essa participação na alegria de Cristo é confirmada pelo Apóstolo Paulo, que a inclui como o segundo atributo do Fruto do Espírito Santo, demonstrando que ela é uma virtude teologal produzida na vida do cristão: “Mas o fruto do Espírito é amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade” (Gl 5,22).

A natureza inabalável da alegria bíblica é evidenciada nas exortações para a persistência. Paulo, mesmo em meio às privações, emite o mandamento: “Alegrai-vos sempre no Senhor; outra vez digo: Alegrai-vos!” (Fl 4,4). Essa instrução exige uma fé que enxerga além das circunstâncias imediatas. De maneira ainda mais desafiadora, o epistola de São Tiago instrui os cristãos a considerarem as provações como motivo de júbilo: “Meus irmãos, tende por motivo de toda a alegria o passardes por várias provações” (Tg 1,2). Essa perspectiva não celebra a dor, mas o propósito divino da provação, que produz maturidade na fé. Em síntese, a alegria bíblica é um pilar da fé, sendo um dom, uma força, um fruto e um mandamento, cuja permanência se encontra unicamente na soberania e na graça de Deus.

A compreensão bíblica da alegria transcende a subjetividade, própria da palavra, configurando-se como uma força ontológica e uma virtude teologal. No Antigo Testamento (Śimḥâ), ela é fundamentada na relação pactual e na observância da Lei, servindo como fortaleza espiritual que distingue a perenidade do justo da efemeridade do ímpio. Com a Nova Aliança (Chará), essa alegria é potencializada pela união com Jesus Cristo e pela ação do Espírito Santo, tornando-se um fruto (Gl 5,22) que subsiste mesmo em contextos de sofrimento. Assim, a alegria bíblica estabelece-se não como uma reação a eventos favoráveis, mas como um mandamento e um estado de espírito inabalável, ancorado na soberania divina e na esperança escatológica da comunhão plena com o Criador.

1.2 A Eclesiologia conciliar: O sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial

“Alegra-se a santa mãe Igreja, porque, por singular dom da providência divina, amanheceu o dia tão ansiosamente esperado em que solenemente se inaugura o Concílio Ecumênico Vaticano II...” (João XXIII, 1961, Discurso de Abertura, *Gaudet Mater Ecclesia*). Papa João XXIII, iniciou o discurso da primeira sessão do Concílio com este chamado, essa vocação que a Igreja leva a todos, desde a madrugada do domingo da ressurreição de nosso Senhor Jesus Cristo, em que Maria Madalena anuncia a Pedro e os discípulos: “eu vi o Senhor!” (Jo 20,18), por sua vez, o bispo de Roma que é o sucessor de Pedro, aquele que confirma os irmãos na fé (cf. Lc 22,32), tem essa prerrogativa e o dever de exclamar em nome de todos os veneráveis Irmãos no Episcopado ali reunidos em Concílio: “Alegra-se a santa mãe Igreja”. A basílica papal de São Pedro, torna-se um cenáculo Apostólico, onde reunidos em nome de Jesus Cristo do supremo dispensador de todos os bens, de forma a responder às exigências do nosso tempo, diz que a esposa de Cristo, isto é, a Igreja, prefere usar mais o remédio da misericórdia do que o da severidade.

Assim sendo, a Igreja Católica, levantando por meio deste Concílio Ecumênico o facho da verdade religiosa, deseja mostrar-se mãe amorosa de todos, benigna, paciente, cheia de misericórdia e bondade também com os filhos dela separados (João XXIII, 1961, Discurso de Abertura).

Segundo o professor Ney de Souza, Doutor em História Eclesiástica, este discurso exerceu uma profunda influência na redação de todos os documentos conciliares. O cerne do concílio: não se trataria apenas de uma discussão sobre um ou outro artigo da doutrina fundamental da Igreja, repetindo e proclamando o ensinamento dos padres e teólogos antigos e modernos. Para o Papa, supunha-se que este ensinamento já era familiar, e para isso não haveria necessidade de um concílio. O objetivo era, sim, uma “renovada, serena e tranquila adesão a todo o ensino da Igreja”. Nesse contexto, o Papa reafirmava que a finalidade do concílio era aproximar as pessoas, de modo eficaz, ao sagrado patrimônio da tradição, levando em conta as mudanças das estruturas sociais. A ênfase não seria condenar os erros, mas mostrar a “validade da

doutrina” da Igreja (*doctrinae vim uberius* explicando) O Concílio recebeu a tarefa de "aprender a conhecer a unidade querida por Cristo na verdade" (conferce operam *ad magnum compledum myre rium illius unitatis*). João XXIII convidava a olhar com confiança as relações entre Igreja e mundo, e o concílio deveria percorrer a estrada do *aggiornamento* da fé às exigências do mundo (cf. Souza, 2020, p. 373-374).

Vemos que a motivação dos padres conciliares e na pessoa do romano pontífice reunidos em concílio ecumênico, transborda de alegria de novos tempos, para anunciar um *aggiornamento*, ou seja, o Espírito Santo que sempre guia a Igreja pelos séculos, sopra sobre a Igreja uma atualização, um frescor como quando abre-se a janela de um ambiente e aquela brisa suave renova e oxigena o lugar. Assim para dizer a todos, que a Igreja quer mostrar seu rosto de mãe que acolhe, que se abre ao mundo para dispensar a misericórdia divina que brota do lado aberto do Cristo Jesus na Cruz. “Misericórdia é que quero, e não sacrifício” (Mt 9,13).

A constituição dogmática *Lumen Gentium* (LG), do Concílio Vaticano II, representa um marco fundamental na eclesiologia contemporânea, redefinindo a compreensão da Igreja não apenas como uma instituição hierárquica, mas como o Povo de Deus. A constituição define Cristo que é luz dos povos e a Igreja resplandece essa luz (cf. LG, n. 1), concebe a Igreja como o sacramento, ou sinal, e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano (cf. LG, n. 1). Esta Igreja é uma realidade complexa, formada pelo duplo elemento humano e divino, assemelhando-se ao mistério do Verbo Encarnado, sendo ao mesmo tempo uma sociedade hierarquicamente organizada e comunidade espiritual (cf. LG, n. 8).

Entrando no que se refere à base da teologia do sacerdócio, na LG encontra-se no parágrafo 10, que estabelece a distinção entre duas formas de participação no sacerdócio único de Cristo: o sacerdócio comum e o sacerdócio ministerial. O texto afirma que:

O sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico, embora difiram essencialmente e não apenas em grau, ordenam-se um ao outro, pois um e outro, a seu modo próprio, participam do sacerdócio único de Cristo (LG, n. 10).

Esta frase é de extrema relevância acadêmica. A distinção “essencial e não apenas em grau” sublinha que não se trata de uma simples hierarquia de poder, mas de funções e naturezas intrinsecamente diferentes. O sacerdócio comum é conferido a todos os batizados, enquanto o sacerdócio ministerial é reservado àqueles que, membros do Povo de Deus, receberam o sacramento da Ordem. Apesar da diferença, ambos estão inter-relacionados e convergem para a mesma finalidade: a santificação e a missão da Igreja. O mesmo parágrafo, descreve a prática do sacerdócio comum:

Os fiéis, por sua parte, em virtude do seu sacerdócio real, concorrem na oblação da Eucaristia e exercem o seu sacerdócio na recepção dos sacramentos, na oração e ação de graças, no testemunho de uma vida santa e na abnegação e caridade operosa (LG, n. 10).

O sacerdócio comum não é uma realidade passiva. Ele se manifesta na vida diária de cada cristão. O fiel, unido a Cristo, oferece a sua própria vida como sacrifício espiritual “do mesmo modo, também vós, como pedras vivas, constituí-vos em um edifício espiritual, dedicai-vos a um sacerdócio santo, a fim de oferecerdes sacrifícios espirituais aceitáveis a Deus por Jesus Cristo.” (1 Ped. 2, 5), ou seja, participando ativamente no culto e na missão evangelizadora. Podemos compreender que o fiel leigo, embora não seja o ministro da consagração, une as suas intenções e a sua vida ao sacrifício de Cristo que é oferecido pelo sacerdote. Isso eleva a dignidade do leigo e o torna parte integrante da ação litúrgica. Já no parágrafo 11, reforça essa ideia ao associar o exercício do sacerdócio comum aos diversos sacramentos. Nesse contexto, a reflexão sobre o sacerdócio é um dos pontos mais inovadores e cruciais, distinguindo e relacionando o sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial.

A distinção do sacerdócio ministerial, foca no sacerdócio dos presbíteros. Assim descreve a função a partir do sacramento da Ordem:

O sacerdócio dos presbíteros, para além dos sacramentos, está ligado ao episcopado. Na verdade, por virtude do sacramento da Ordem, os presbíteros, à imagem de Cristo, sumo e eterno Sacerdote, são consagrados para pregar o Evangelho, para apascentar os fiéis e para celebrar o culto divino, como verdadeiros sacerdotes da nova aliança (LG, n. 28).

O sacerdócio ministerial tem um caráter instrumental e representativo. O sacerdote age *in persona Christi Capitis* (na pessoa de Cristo-Cabeça), tornando Cristo visivelmente presente e operante na comunidade.

O Concílio Ecumênico Vaticano II, procurou e procura integrar as dimensões da identidade e o ministério presbiteral. O sacerdócio ministerial é, portanto, um serviço ao sacerdócio comum. Ele não o anula, mas o organiza e o torna eficaz, possibilitando a participação plena dos fiéis nos mistérios da salvação. Assim, tornando uma Unidade do Povo de Deus e a coparticipação na missão.

Ao lermos a *Lumen Gentium*, fica claro que o documento não visa separar ou hierarquizar de forma estática os membros da Igreja, mas tão somente articular a unidade do Povo de Deus. Os parágrafos 39 ao 42 aponta a vocação universal à santidade, isto é, “todos os cristãos são, pois, chamados e obrigados a tender à santidade e perfeição do próprio estado” (LG n.42), que é o desígnio comum de todos os batizados, ou deveria ser independentemente de sua função na Igreja é o que nos explica a *Lumen Gentium* Capítulo V.

Os parágrafos 10 e 28 da LG são fundamentais para uma eclesiologia renovada, e vão orientar o decreto PO, sobre o ministério e a vida dos presbíteros. Tais documentos, superam a visão de um sacerdócio exclusivo do clero, reconhecendo a dignidade e a função sacerdotal de todos os fiéis. Ao mesmo tempo, reafirmam o papel essencial e indispensável do sacerdócio ministerial como um serviço a toda a comunidade. Esta perspectiva teológica ressalta que a Igreja, como o corpo místico de Cristo (cf. Cl 1, 24), é uma realidade orgânica na qual cada membro, em sua vocação específica, contribui para a missão única de Cristo de levar a salvação ao mundo.

1.3 O Presbyterorum Ordinis e a identidade sacerdotal

O Concílio Vaticano II, um marco na história da Igreja no século XX, dedicou-se a uma profunda reflexão sobre sua própria natureza e missão no mundo contemporâneo. Dentro deste esforço de renovação, a figura do sacerdote recebeu atenção especial. O Decreto *Presbyterorum Ordinis* (PO),

promulgado em 7 de dezembro de 1965 pelo papa Paulo VI, surge como o documento que trata de forma mais ampla e profunda sobre o ministério e a vida dos presbíteros (cf. PO, 1965, n. 1).

Diante das rápidas mudanças pastorais e humanas, o Concílio sentiu a necessidade de reafirmar a identidade sacerdotal e prover diretrizes para que o ministério presbiteral se mantivesse eficaz. Podemos notar que a PO, estrutura-se em três eixos que quero apontar neste trabalho e que são: a natureza do presbiterado, suas funções primordiais e as exigências da vida espiritual.

O ministério dos sacerdotes, enquanto unido à Ordem episcopal, participa da autoridade com que o próprio Cristo edifica, santifica e governa o seu corpo. Por isso, o sacerdócio dos presbíteros, supondo, é certo, os sacramentos da iniciação cristã, é, todavia, conferido mediante um sacramento especial, em virtude do qual os presbíteros ficam assinalados com um carácter particular e, dessa maneira, configurados a Cristo sacerdote, de tal modo que possam agir em nome de Cristo cabeça (*Presbyterorum Ordinis*, 1965, n. 2).

A Natureza do Presbiterado na Missão da Igreja, estabelece no decreto que a identidade do sacerdote emana de sua participação no ministério de Cristo, “mestre, sacerdote e rei”. Promovidos ao serviço de Cristo pela sagrada ordenação e pela missão recebida dos Bispos, os presbíteros são constituídos para edificar continuamente a Igreja como Povo de Deus, Corpo de Cristo e Templo do Espírito Santo.

O presbítero é, por excelência, um cooperador da Ordem episcopal. Sua missão e autoridade estão intrinsecamente unidas ao ministério do Bispo, participando da mesma autoridade com que Cristo edifica, santifica e governa seu Corpo. Esta cooperação é fundamental, pois nenhum presbítero pode cumprir sua missão de forma isolada, mas “só num esforço comum com os outros presbíteros, sob a direção dos que estão à frente da Igreja” (PO, 1965, n. 7). As Funções do Presbítero como ministério sacerdotal se desdobram em um tríptico múnus: o de ensinar, santificar e reger.

O sacerdote na ordem do presbiterado, como ministro da Palavra de Deus tem como dever ser cooperador do Bispo, e “anunciar a todos o Evangelho de Deus” (PO, 1965, n. 4). O Povo de Deus é reunido, antes de tudo, pela Palavra, pois a fé, que dá início à comunidade dos crentes, “vem pelo ouvido, o ouvido,

porém, pela palavra de Cristo" (Rm 10,17). A pregação sacerdotal não deve se limitar a uma exposição abstrata, mas aplicar "às circunstâncias concretas da vida a verdade perene do Evangelho" (PO, 1965, n. 4). Seu ensino não deve transmitir uma sabedoria própria, mas a Palavra de Deus, convidando todos à conversão e à santidade.

Os presbíteros também são consagrados para serem ministros de Cristo, que "na Liturgia exerce perenemente o seu ofício sacerdotal a nosso favor" (PO, 1965, n. 5). Por meio deles, os homens são introduzidos no Povo de Deus pelo Batismo, reconciliados com Deus pela Penitência e aliviados na doença pela Unção dos Enfermos.

Como ministros das coisas sagradas, é sobretudo no sacrifício da missa que os presbíteros dum modo especial fazem as vezes de Cristo, que se entregou como vítima para a santificação dos homens. Por isso, são convidados a imitar aquilo que tratam, enquanto, celebrando o mistério da morte do Senhor, procuram mortificar os seus membros de todos os seus vícios e concupiscências. No mistério do sacrifício eucarístico, em que os sacerdotes realizam a sua função principal, exerce-se continuamente a obra da nossa Redenção. Por isso, com instância se recomenda a sua celebração quotidiana, porque, mesmo que não possa ter a presença dos fiéis, é ato de Cristo e da Igreja. Assim, enquanto que os presbíteros se unem com a própria ação de Cristo sacerdote, oferecem-se todos os dias totalmente a Deus, e, alimentando-se do Corpo do Senhor, participam amorosamente na caridade d'Aquele que se dá como alimento aos fiéis (*Presbyterorum Ordinis*, 1965, n. 13).

Todos os sacramentos e obras de apostolado estão vinculados à Santíssima Eucaristia e a ela se ordenam. Nela, "está contido todo o tesouro espiritual da Igreja, isto é, o próprio Cristo" (PO, 1965, n. 5). A celebração eucarística é o "centro da assembleia dos fiéis a que o presbítero preside". Por isso, o Decreto recomenda com instância a sua celebração "cotidiana, pois, mesmo sem a presença dos fiéis, ela é ato de Cristo e da Igreja" É na Eucaristia que o sacrifício espiritual dos fiéis se une ao de Cristo, mediador único.

O Sacerdote como Ministro do Povo de Deus, que exercendo o múnus de Cristo, cabeça e pastor, reúne, em nome do Bispo, a família de Deus como uma "fraternidade bem unida" e a conduzem a Deus Pai, por Cristo, no Espírito. O poder espiritual lhes é conferido para a edificação da Igreja.

Como educadores da fé, os sacerdotes devem cuidar para que cada fiel seja levado a cultivar sua própria vocação segundo o Evangelho. A comunidade local não deve apenas cuidar de seus membros, mas, “imbuída de zelo missionário, deve preparar a todos o caminho para Cristo” (PO, 1965, n. 6). De modo particular, o Decreto recomenda o cuidado com os pobres e mais fracos, cuja evangelização é sinal da obra messiânica, bem como com os jovens, os cônjuges e os pais.

Por fim, sobre a vida do presbítero e a busca da santidade, a PO dedica seu último capítulo, enfatizando que o ministério e a espiritualidade são inseparáveis. Os sacerdotes estão obrigados, por uma razão especial, a buscar a perfeição, pois, consagrados a Deus, “se tornaram instrumentos vivos do sacerdócio eterno de Cristo” (PO, 1965, n. 12). A santidade dos presbíteros concorre diretamente para o desempenho frutuoso de seu ministério.

O caminho para a santidade se dá no próprio exercício do ministério, quando realizado “sincera e infatigavelmente no espírito de Cristo” (PO, 1965, n. 13). O Decreto propõe a “unidade de vida” como remédio contra a dispersão causada pelas múltiplas obrigações. Essa unidade é alcançada quando os presbíteros se unem a Cristo “no conhecimento da vontade do Pai e no dom de si mesmos pelo rebanho” (PO, 1965, n. 14). Neste sentido, a caridade pastoral é o vínculo da perfeição sacerdotal, e flui sobretudo do sacrifício eucarístico, “centro e a raiz de toda a vida do presbítero” (PO, 1965, n. 14). No terceiro capítulo do trabalho, vou retomar ao tema ministério e a espiritualidade na vida do presbítero.

1.4 O conceito de alegria cristã no Vaticano II: *Gaudium et Spes*

A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (Alegrias e Esperanças) do Concílio Vaticano II oferece uma perspectiva profunda sobre a alegria cristã, situando-a e intimamente ligada à experiência humana e à ação do Espírito Santo, como uma dimensão essencial da vida dos discípulos de Cristo. O próprio título da constituição, GS, estabelece a alegria e a esperança como realidades centrais para a vida da Igreja.

O Concílio afirma que as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos seres humanos, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que

sofrem, são também alegrias, esperanças, tristezas e angústias dos discípulos de Cristo. (cf. GS,1965, n.1) Não há experiência humana genuína que não encontre ressonância na comunidade cristã.

A Igreja no mundo não é meramente sociológica, mas salvífica. Ao expor a sublime vocação do homem, o objetivo da Igreja é senão “continuar, sob a direção do Espírito Consolador, a obra de Cristo.” (GS,1965, n.3). Ao afirmar a dignidade do homem e restaurar a esperança aos desesperançados, o anúncio cristão não apenas preserva a integridade humana, mas também contribui para o seu bem-estar integral, ao difundir a luz libertadora da vida ao Povo de Deus.

1.5 O Espírito Santo: Fonte de alegria e esperança.

A alegria e a esperança inerentes à vocação cristã dependem intrinsecamente da ação do Espírito Santo na Igreja e no coração humano. A Igreja de Cristo, em sua peregrinação, é constantemente guiada pelo Espírito Santo (cf. GS, 1965, n. 1). O Espírito Santo capacita o Povo de Deus a discernir os sinais da presença divina nos eventos contemporâneos e concede ao homem a luz e a força necessárias para corresponder à sua elevada vocação. O cristão batizado, conforme à imagem do Filho, é interiormente renovado pelas primícias do Espírito, sendo preparado para a redenção do corpo (cf. Rm 8,23).

A atuação do Espírito transcende a esfera religiosa em sentido estrito, pois Cristo, Senhor ressuscitado, já opera pela força do Espírito Santo no coração humano. Adicionando a paz fruto da justiça e do amor (cf. Isaías 32,17), por sua vez, é essencial para a plenitude do ser humano manifestando-se na “esperança não decepciona, porque o amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado” (Rm 5,5). Tema do Jubileu ordinário de 2025. Os valores humanos como a dignidade, comunhão fraterna e liberdade, são difundidos no Espírito e serão reencontrados, purificados e transfigurados no reino eterno.

A Igreja, apesar da sua fraqueza, é permanentemente exortada a purificar-se e renovar-se pela virtude do Espírito Santo, como encontramos na carta aos Efésios, “a fim de purificá-la com o banho da água e santificá-la pela Palavra, para apresentar a si mesmo a Igreja, gloriosa, sem mancha nem ruga, ou coisa

semelhante, mas santa e irrepreensível.” (Ef 5,26-27). E o concílio resgata a afirmação de que:

Porém, a sociedade organizada hierarquicamente, e o Corpo místico de Cristo, o agrupamento visível e a comunidade espiritual, a Igreja terrestre e a Igreja ornada com os dons celestes não se devem considerar como duas entidades, mas como uma única realidade complexa, formada pelo duplo elemento humano e divino (LG, n. 8).

De modo que o sinal de Cristo resplandeça em nós pelo dom do Espírito Santo, o ser humano é habilitado a contemplar e saborear, pela fé, o mistério do plano divino. Dessa forma, a mensagem da Igreja, formada por aqueles que são guiados pelo Espírito Santo, defende a dignidade da vocação humana e restitui a esperança, encontrando ressonância nos desejos mais profundos do coração (cf. GS, 1965, n. 21).

1.6 Paulo VI: A teologia da alegria no Espírito Santo.

São Paulo VI (1963-1978), exorta a alegria cristã no ano santo jubilar. Por ocasião do ano jubilar de 1975 do qual foi dedicado à reconciliação. Também foi um ano marcante que se comemorava os dez anos do encerramento do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). A porta santa foi aberta no natal do ano anterior e ao longo do ano corrente o romano pontífice nos presenteou com uma exortação apostólica que fala da Alegria no Senhor, *Gaudete in Domino* (GD).

Esta exortação Apostólica do Papa São Paulo VI de 1975, é uma bússola esquecida que, após cinco décadas, oferece uma mensagem fundamental e pouco difundida sobre a alegria: como fonte e pleno sentido para a vida humana. Ela nos convida a redescobrir que o propósito da vida está na alegria de anunciar e testemunhar Jesus Cristo no mundo contemporâneo. Em 2013, o Papa Francisco aborda novamente a temática e reflexões sobre a alegria na *Evangelii Gaudium*, que iremos abordar nos capítulos seguintes deste trabalho.

Voltando a *Gaudete in Domino* de Paulo VI, o Papa nos interpela pela busca da felicidade e, em sua expressão mais elevada, pela alegria, configura-se como um desejo intrínseco e fundamental da experiência humana, abrangendo desde a infância até a velhice serena (cf. GD, p. 7). O texto da

Exortação Apostólica sublinha que Deus, ao criar o homem, dispôs sua inteligência e coração “para o encontro da alegria e, ao mesmo tempo, da verdade” (GD, p. 7).

Nessa perspectiva, a alegria humana atinge seu ponto máximo quando o indivíduo encontra satisfação na posse de um “bem conhecido e amado” (GD, p. 8). Existem diversas manifestações dessa satisfação, incluindo a harmonia com a natureza e, de modo especial, a “alegria e satisfação do dever cumprido” e a “alegria transparente da pureza, do serviço e da partilha” (GD, p. 7, 11 e 12). No entanto, o texto aponta para a distinção entre esses diversos graus de felicidade (cf. GD, p. 7-8). A mais profunda delas, a felicidade espiritual, é alcançada quando “o seu espírito entra na posse de Deus, conhecido e amado como o bem supremo e imutável” (GD, p. 8).

Apesar de ser um anseio universal, a alegria é descrita como “sempre imperfeita, frágil e ameaçada” (GD, p. 8). O paradoxo moderno reside no fato de que, embora a sociedade tecnológica multiplique as ocasiões de prazer, ela tem “grandes dificuldades em experimentar a alegria”, pois está “provém de outra fonte” (GD, p. 9). O tédio, a tristeza, a angústia e o desespero são realidades que persistem, mesmo na presença de conforto material e segurança, sinalizando um problema de ordem primariamente espiritual, ou seja, nossa alegria é espiritual (GD, p. 9, 12).

A falta de alegria, especialmente “daqueles que não crêem em Deus”, está ligada ao “vazio mal definido” sentido pelo homem, à “sede de amor e de presença não satisfeita” e ao corte do “vínculo vital que o unia a Deus” (GD, p. 9, 12). O cerne dessa tristeza reside no fato de que o “Espírito humano... orientado instintivamente para ele como para o seu bem supremo e único, fica sem o conhecer claramente e sem o amar” (GD, p. 12-13).

É nesse contexto que a perspectiva cristã oferece uma solução transcendente: a verdadeira alegria é um dom do Espírito Santo (GD, p. 5, 6). Ela se manifesta no ministério da reconciliação, capaz de inundar o crente “no meio de todas as nossas tribulações” (GD, p. 5-6). A alegria cristã pressupõe a capacidade de experimentar as alegrias naturais, purificando-as e sublimando-as, mas se estabelece em um nível superior (GD, p. 11-12).

Capítulo 2 – MISERICÓRDIA DIVINA NA TEOLOGIA PÓS-CONCILIAR

A temática da misericórdia esta intrinsecamente ligada a revelação divina, perpassando toda a Sagradas Escrituras e sendo um dos pilares da teologia católica. Queremos neste capítulo, ter com foco as fontes bíblicas e exegéticas católicas, como base textual, a misericórdia que se revela não apenas como um atributo de Deus, mas como a própria essência do seu ser e do seu agir na história da salvação. Este conceito é explorado e aprofundado por diversos autores e documentos do magistério, que o analisam sob a luz da tradição judaico-cristã.

2.1 O Rosto da Misericórdia na Antiga Aliança: *Hesed e Rahamim*

Na Antiga Aliança, a misericórdia de Deus é expressa primariamente por dois termos dos vocábulos hebraicos *Hesed* (חסד) e *Rahamim* (רחמים). O primeiro (*hesed*) designa a fidelidade de Deus à sua Aliança, um amor magnânimo e persistente, mesmo diante da infidelidade do seu povo. Já o segundo (*rahamim*) remete às “entranhas maternas” (*rehem*), evocando uma compaixão visceral, uma ternura profunda e um cuidado íntimo que Deus sente pelo seu povo em sua miséria (cf. BIANCHI; CARVALHO, 2016, p. 11-18).

Podemos notar que essa dimensão da misericórdia se manifesta em toda a história de Israel. Um exemplo é a autodefinição de Deus a Moisés no Monte Sinai: “Senhor, Senhor, Deus de ternura e compaixão (misericórdia), lento para a cólera e rico em graça e fidelidade” (cf. Ex 34,6).

Hesed (חסד), traduzido frequentemente por: amor fiel, bondade ou misericórdia, segundo o Dicionário Bíblico (Mackenzie, 1983, p. 615), denota a fidelidade de Deus à sua Aliança. Este termo enfatiza um compromisso ativo, uma generosidade que perdura apesar da infidelidade humana (cf. Jr 31,3). O *Hesed* de Yahweh é “para sempre” (cf. Sl 136), atuando como pilar da história da salvação de Israel, conforme atestado em vários Salmos (Sl 89,2).

Por sua vez, *Rahamim* (רחמים) exprime a compaixão visceral de Deus, termo etimologicamente ligado ao útero materno (*rehem*), indicando uma ternura e um amor profundo e intrínseco (Mackenzie, 1983, p. 615). *Rahamim* revela um

Deus que sente a dor do seu povo e se move para aliviar o sofrimento, como ilustrado na imagem da mãe que não se esquece de seu filho (cf. Is 49,15).

Rahamim [רחמים] é a expressão hebraica que remete às entranhas de Deus; substantivo ligado à misericórdia [*hesed*]. A misericórdia, enquanto *rahamim* de Deus, possui um caráter regenerador e reconciliador de Deus que salva criando e cria salvando; agora, por meio de seu Filho, Jesus Cristo. (Gonzaga e Almeida Filho, 2020. p.286).

Essa dualidade semântica ressalta que a misericórdia veterotestamentária é tanto um ato de fidelidade (*Hesed*) quanto uma comoção íntima e materna (*Rahamim*). A redescoberta dessas dimensões é crucial para compreender a plenitude da revelação de Deus, que prefere a misericórdia à ira merecida (Os 11,8s).

2.2 A Plenitude da Misericórdia em Jesus Cristo

A Nova Aliança apresenta Jesus Cristo como o rosto visível da misericórdia do Pai (Jo14,9). Sua vida e pregação são a encarnação do *hesed* e do *rahamim* veterotestamentários, traduzidos para o grego como *éleos* (ἔλεος misericórdia, compaixão) e *splagchna* (σπλάγχνα entranhas). A Plenitude da Misericórdia Divina atinge sua manifestação máxima e definitiva em Jesus Cristo, conforme atesta a teologia neotestamentária. Ele não é apenas um mensageiro, mas a própria misericórdia encarnada, superando as prefigurações da Antiga Aliança. Em Jesus, o Deus “rico em misericórdia” (Ef 2,4) se torna visível.

O conceito de misericórdia em Cristo é expresso no grego principalmente por dois termos: *Éleos* e *Splagchna*. *Éleos* refere-se à misericórdia como um auxílio ativo, uma piedade que se traduz em ação, conforme definido no Dicionário Bíblico (Mackenzie, 1983, p. 617). É este o termo usado nas súplicas, como no clamor do cego: “Filho de Davi, Jesus, tem compaixão de mim!” (Mc 10,47).

A dimensão mais íntima e visceral é dada por *Splagchna*, literalmente “entranhas”, indicando a compaixão profunda que move o ser. Jesus é movido por *splagchna* ao ver as multidões como ovelhas sem pastor (Mt 9,36). A

parábola do Bom Samaritano é o exemplo paradigmático do *splagchna*, pois ele “viu-o e moveu-se de compaixão” (Lc 10,33), agindo imediatamente. Revela o modo de ser de Deus, uma opção preferencial pela vida e pelo resgate dos marginalizados.

O Evangelho de Lucas é frequentemente denominado o Evangelho da Misericórdia por narrar diversas parábolas e encontros que sublinham o agir compassivo de Jesus. A Parábola do Filho Pródigo ou pai de Misericórdia (Lc15,11-32) é a obra-prima da misericórdia, onde o Pai não espera o filho justificar-se, mas o acolhe com alegria e o restaura à dignidade filial, demonstrando o amor “*rahamim*” de Deus.

Essa plenitude culmina no Mistério Pascal, onde a misericórdia (*Éleos*) se manifesta como o ato de salvação definitivo, selado pela obediência e entrega de Cristo. A vida de Jesus, saturada de *Éleos* e *Splagchna*, é a chave para o entendimento do rosto misericordioso do Pai “Sede misericordiosos como o vosso Pai é misericordioso.” (Lc 6,36). E praticar: “Bem-aventurados os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia” (Mt 5,7). O papa João Paulo II em sua Carta Encíclica sobre a Misericórdia, *Dives In Misericordia* nos introduz dizendo:

Cristo, ao revelar o amor-misericórdia de Deus, exigia ao mesmo tempo dos homens que se deixassem guiar na própria vida pelo amor e pela misericórdia. Esta exigência faz parte da própria essência da mensagem messiânica e constitui a medula do “*ethos*” evangélico. O Mestre exprime isto mesmo, quer por meio do mandamento por Ele definido como “o primeiro e o maior” [Mt 22,38], quer sob a forma de bênção, ao proclamar no Sermão da Montanha: “Bem-aventurados os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia. [Mt 5,7].” (João Paulo II, 1980, n. 3).

O Papa ressalta a natureza dual da misericórdia: ela é primeiramente um dom de Deus, o amor e misericórdia de Deus para o ser humano, mas exige também uma resposta humana. O Pontífice, argumenta que o homem não só recebe a misericórdia, mas é também chamado a praticá-la para com o próximo.

2.3 A Misericórdia nas fontes da patrística

O conceito de misericórdia constitui um dos pilares da reflexão teológica desenvolvida pelos Padres da Igreja, sendo compreendido não apenas como um atributo divino, mas como o próprio modo de ser de Deus em relação à humanidade decaída. A Patrística, abrangendo o período que vai dos Pais Apostólicos aos grandes Doutores dos séculos VII e VIII, estabeleceu a competição entre a miséria humana e a compaixão divina como o cerne da soteriologia e da moral cristã. A investigação das fontes patrísticas revela a misericórdia como um tema perene, essencial para a compreensão da salvação, da penitência e da prática da caridade no seio da Igreja nascente.

A visão patrística da misericórdia possui uma profunda raiz bíblica, sendo derivada da experiência do *hesed* (fidelidade/misericórdia) do Antigo Testamento e do *splagchna* (entranhas de misericórdia) de Cristo no Novo Testamento. No entanto, foi na obra de Santo Agostinho de Hipona (354-430) que o tema atingiu um de seus ápices teológicos, estabelecendo um vocabulário e um entendimento que perdurariam no Ocidente. Agostinho via a misericórdia como o ato supremo da graça, a única ponte capaz de ligar a criatura pecadora ao seu Criador. A célebre passagem de sua exegese sobre o encontro de Jesus com a mulher adúltera (Jo 8, 1-11) sintetiza de modo lapidar este mistério, descrevendo-o com a expressão “*misericordia et misera*” utilizada para nomear a carta Apostólica do papa Francisco em 2016:

deixados os dois: a mísera e a Misericórdia. O Senhor, após ter atingido aqueles homens com o dardo da justiça [...] Como ela tinha ouvido isso: “Quem dentre vós que estiver sem pecado, seja o primeiro a lhe atirar uma pedra!”, esperava ser punida por Aquele em quem não se podia encontrar pecado. Mas Ele, que repelira os Seus inimigos com a voz da justiça, fitando nela o olhar da mansidão, interrogou-a: “Ninguém te condenou?”. Respondeu ela: “Ninguém, Senhor”. E Ele: “Nem te condenarei eu”, Vai, e de agora em diante não peques mais». (Agostinho, 2022, p. 701,702).

A lei fora cumprida, a misericórdia fora manifestada. Neste trecho dos *Tratados sobre o Evangelho de João*, Agostinho demonstra que a ação de Cristo é a superação da lei pela graça. A misericórdia não anula a justiça, mas a manifesta em sua plenitude, oferecendo a possibilidade de conversão e uma

nova vida. Em suas Confissões, o Bispo de Hipona transforma sua própria vida em um testemunho da misericórdia fiel de Deus, reconhecendo que a salvação é inteiramente um dom da clemência divina:

confissões dos meus males passados, que perdoaste e apagaste para me tornares feliz em ti, transformando a minha alma com a fé e o teu sacramento, quando são lidas e ouvidas despertam o coração, a fim de que ele não durma no desespero e diga: Não posso, mas esteja vigilante no amor da tua misericórdia e na doçura da tua graça, com a qual é poderoso todo o fraco que, por ela, se torna consciente da sua fraqueza. (*Confissões*, X: III, 4).

Essa percepção da fraqueza humana e da infinita bondade de Deus onde a miséria humana é atraída pela misericórdia divina torna-se retorno as fontes patrísticas para a doutrina da penitência, que se desenvolveu nos séculos seguintes.

A dimensão doutrinária, a patrística enfatizou o imperativo ético da misericórdia. Os Padres orientais e ocidentais insistiam que a fé deve ser traduzida em obras de caridade, espelhando a compaixão de Deus no tratamento ao próximo. São João Crisóstomo (347-407), o grande pregador, afirmava que a verdadeira oração é inseparável da prática da misericórdia. Para ele, o jejum e a esmola constituíam um único e mesmo ato de culto:

Não podes jejuar? Sê, ao menos, misericordioso, pois é muito maior a misericórdia que o sacrifício. Não penses que basta ao homem não cometer injustiça; ele deve também praticar a misericórdia. Se a tua mão não se estende para dar esmola, o teu jejum é inútil (Crisóstomo, 2011, p. 83).

A misericórdia, portanto, transcende o âmbito pessoal e se torna a lei fundamental da vida comunitária. A prática da caridade, via a esmola como um remédio salutar contra o pecado e uma imitação de Cristo.

Está práxis levou a Igreja primitiva a se configurar como uma comunidade de caridade, onde a assistência aos órfãos, viúvas e enfermos era um sinal distintivo (At 6). Os Padres da Igreja, assim, não apenas teorizaram sobre a misericórdia de Deus, mas a transformaram em um programa de ação para todo o povo cristão.

Em conclusão, a Patrística Católica legou à Igreja uma compreensão profunda e abrangente da misericórdia. Ela é, em primeiro lugar, o nome de Deus, a fonte inextinguível de onde jorra o perdão e a graça. Em segundo lugar, é o critério do juízo, que exige do cristão uma resposta prática e encarnada na realidade do sofrimento alheio. A voz dos Padres, de Agostinho a Crisóstomo, é unânime: o homem é chamado a ser misericordioso, assim como o Pai é misericordioso (Lc 6,36). A Igreja, ao longo da história, tem se esforçado por ser o *sacramentum misericordiae* (sacramento da misericórdia), perpetuando a visão patrística de que a salvação se encontra no encontro entre a miséria humana e a infinita compaixão divina.

2.4 Misericórdia e Justiça: Uma análise da *Dives in Misericordia* como paradigma da revelação cristã

A Carta Encíclica *Dives in Misericordia*, promulgada por João Paulo II em 1980, apresenta um argumento teológico central: a misericórdia não é apenas um atributo secundário ou sentimental de Deus, mas a própria essência da sua revelação (João Paulo II, 1980, n. 1) e a força motriz da economia da salvação. O documento argumenta que, na dialética entre justiça e amor, a misericórdia emerge como a forma mais profunda e poderosa da justiça divina, plenamente encarnada em Jesus Cristo e indispensável para a humanidade.

A tese fundamental da encíclica é que a revelação de Deus como Pai “rico em misericórdia” (Ef 2,4), é o propósito da missão de Cristo. Jesus não se limita a ensinar sobre a misericórdia; Ele próprio encarna-a e personifica-a, tornando-se “em certo sentido, a misericórdia” (cf. João Paulo II, 1980, n. 2). Esta personificação torna visível o “Pai das misericórdias” (João Paulo II, 1980, n. 2). Esta revelação não é, contudo, uma ruptura com o passado, mas o cumprimento definitivo de uma verdade já presente na Antiga Aliança (cf. João Paulo II, 1980, n. 4).

A hermenêutica da encíclica mergulha na misericórdia veterotestamentária (cf. João Paulo II, 1980, n. 4). O documento analisa como o povo de Israel, ao experimentar a própria infidelidade, apelava à misericórdia divina. Esta misericórdia é definida por conceitos hebraicos como *hesed* (fidelidade ao amor) e *rah'amim* (amor materno), do qual já abordamos a cima. Sendo o amor maior

do que a justiça, e a misericórdia revelando-se “não só mais poderosa, mas também mais profunda” que a justiça (João Paulo II, 1980, n. 4).

Este paradigma é ilustrado na parábola do filho pródigo (Lc 15,11-32). A encíclica utiliza esta narrativa como a demonstração cabal de como a misericórdia transcende a justiça retributiva humana. O drama central do filho não é apenas a perda dos bens, mas a perda da dignidade de filho, destaca o papa. O pai não age segundo a norma exata da justiça (cf. João Paulo II, 1980, n. 5). Em vez disso, movido de compaixão, ele o restaura. A misericórdia, aqui, é um ato criativo que reavalia, promove e sabe tirar o bem de todas as formas de mal, o filho é reencontrado e revalorizado (cf. João Paulo II, 1980, n. 6).

O argumento atinge o seu ápice na análise do Mistério Pascal, definido como o “ponto culminante da revelação e atuação da misericórdia” (João Paulo II, 1980, n. 7). A Cruz de Cristo é o paradoxo onde a justiça absoluta e a misericórdia radical se encontram. Na Paixão, o ato de justiça nasce inteiramente “do amor, do amor do Pai e do Filho” (João Paulo II, 1980, n. 7). A Cruz é, portanto, a “revelação radical da misericórdia” (João Paulo II, 1980, n. 7). A Ressurreição completa esta revelação, provando que o amor é “mais forte do que a morte, mais forte do que o pecado” (João Paulo II, 1980, n. 8). O Cristo Pascal é a “encarnação definitiva da misericórdia” (João Paulo II, 1980, n. 8).

Finalmente, o documento transporta esta profunda teologia para o imperativo contemporâneo. A encíclica diagnostica a mentalidade moderna como estando em oposição à misericórdia (cf. João Paulo II, 1980, n. 2), imersa em inquietações e injustiças estruturais. O documento levanta a questão retórica: “Bastará a justiça?” A experiência histórica demonstra que a justiça, por si só, “não basta” (cf. João Paulo II, 1980, n. 12) e pode levar à sua própria negação. A solução proposta pelo papa é a misericórdia, que a encíclica define como a “fonte mais profunda da justiça”. Somente o amor misericordioso é “capaz de restituir o homem a si próprio” (cf. João Paulo II, 1980, n. 14). A missão da Igreja é proclamar esta verdade, pois o homem só alcança a misericórdia de Deus “na medida em que ele próprio se transforma interiormente, segundo o espírito de amor para com o próximo” (João Paulo II, 1980, n. 14). A misericórdia é o elemento indispensável para “tornar o mundo mais humano” (João Paulo II, 1980, n. 14).

2.5 A Misericórdia como caráter transformador e perene no magistério de Francisco

A misericórdia, no pontificado do Papa Francisco, transcende a noção de um ato isolado ou de uma virtude meramente sentimental. Conforme explicitado na Bula *Misericordiae Vultus* (Francisco, 2015) e na Carta Apostólica *Misericordia et misera* (Francisco, 2016), ela é o coração pulsante do Evangelho e a própria existência da Igreja. Vamos analisar a visão do Papa Francisco sobre a misericórdia, explorando seu caráter transformador e duradouro e, fundamentalmente, como ela se articula com a justiça, não para a anular, mas para a manifestar em sua mais alta plenitude.

Esta visão do papa, confere-lhe um duplo caráter: uma força capaz de operar uma profunda transformação pessoal (o caráter transformador) e um princípio fundante da vida cristã e eclesial (o caráter perene e duradouro).

Primeiro, o caráter transformador da misericórdia reside na sua capacidade de gerar uma nova criação diz o romano pontífice:

Querer estar perto de Cristo exige fazer-se próximo dos irmãos, porque nada é mais agradável ao Pai do que um sinal concreto de misericórdia. Por sua própria natureza, a misericórdia torna-se visível e palpável numa ação concreta e dinâmica. Uma vez que se experimentou a misericórdia em toda a sua verdade, nunca mais se volta atrás: cresce continuamente e transforma a vida. É, na verdade, uma nova criação que faz um coração novo, capaz de amar plenamente, e purifica os olhos para reconhecerem as necessidades mais ocultas. (Francisco, 2016, n. 16).

Essa transformação se manifesta na esfera interior, onde o “coração de pedra fica transformado em coração de carne” (cf. *Ez 36, 26*), e na esfera existencial, suscitando a alegria e permitindo que o pecador arrependido olhe para o futuro com esperança, pronto para recomeçar. A experiência da misericórdia, que se torna palpável e concreta é o início da conversão, pois permite experimentar a ternura do perdão.

No segundo caráter, a misericórdia é intrinsecamente duradoura e perene. Por ocasião do Ano Santo Extraordinário da Misericórdia (2015-2016) do qual foi convocado, não como um parêntese, mas para sublinhar e lembrar que:

Nada que um pecador arrependido coloque diante da misericórdia de Deus pode ficar sem o abraço do seu perdão. É por este motivo que nenhum de nós pode pôr condições à misericórdia; esta permanece sempre um ato de gratuidade do Pai celeste, um amor incondicional e não merecido. Por isso, não podemos correr o risco de nos opor à plena liberdade do amor com que Deus entra na vida de cada pessoa. (Francisco, 2016, n. 2).

Esta permanência é ancorada na própria natureza de Deus, cuja misericórdia é eterna (Francisco, 2015, n. 7), manifestando-se como uma torrente incessante que nunca se esgota que “Do coração da Trindade, do íntimo mais profundo do mistério de Deus, brota e flui incessantemente a grande torrente da misericórdia.” (Francisco, 2015, n. 25).

A durabilidade da misericórdia é consolidada na sua dimensão prática e social, que não admite a indiferença. As obras de misericórdia corporal e espiritual são a verificação de sua grande e positiva incidência como valor social, sendo assim, para exercer a misericórdia parte de nós vai dizer o papa Francisco que devemos arregaçar as mangas (cf. Francisco, 2016, n. 18). Exigindo que se crie uma “cultura de misericórdia” baseada no encontro com os outros, onde ninguém vire a cara ao sofrimento dos irmãos (Francisco, 2016, n. 20). Assim, a misericórdia é o caminho que a Igreja, como sua testemunha primordial, é chamada a percorrer com fidelidade e alegria para a nova evangelização (Francisco, 2016, n. 5).

Em síntese, o Papa Francisco estabelece a misericórdia não como um sentimento passageiro, mas como a “arquitetura” que suporta a vida eclesial e individual (Francisco, 2015, n. 10). Ela é transformadora na medida em que converte o coração para o amor, e duradoura porque constitui o próprio estilo de vida ao qual o cristão é chamado, tornando-se o programa a ser vivido na existência de cada dia (Francisco, 2015, n. 13; 2016, n. 21).

2.6 Misericórdia e Justiça: Plenitude e transcendência

O Papa Francisco estabelece uma relação não antagônica, mas de plenitude, entre a misericórdia e a justiça. Ele rejeita a visão de que a

misericórdia anula a justiça, posicionando-as como “duas dimensões duma única realidade” (Francisco, 2015, n. 20).

A justiça humana, frequentemente ligada à retribuição legalista, é vista como um passo necessário, mas não final. A misericórdia, porém, é a chave para alcançar a meta mais alta (Francisco, 2015, n. 20). A parábola do servo sem compaixão (Mt 18, 22-35) é um exemplo central: o perdão imensurável recebido do senhor impõe um imperativo de perdoar o companheiro, revelando que a misericórdia de Deus exige a reciprocidade humana. O senhor questiona o servo: “Não devias também ter piedade do teu companheiro, como eu tive de ti?” (Mt 18, 33). Assim, o perdão das ofensas torna-se a expressão mais evidente do amor misericordioso e o critério para distinguir quem são os verdadeiros filhos de Deus (Francisco, 2015, n. 22).

A justiça de Deus é, em última análise, a sua misericórdia. Ela é a libertação para os oprimidos pela escravidão do pecado e de suas consequências. Deus manifesta sua onipotência mais claramente na compaixão e no perdão, passando além da justiça humana para que o pecador arrependido possa recomeçar a vida (Francisco, 2015, n. 21). O juízo divino, revelado na Cruz de Cristo, é um juízo de misericórdia que oferece a certeza do amor e da vida nova (Francisco, 2015, n. 21).

A visão do Papa Francisco sobre a misericórdia é transformadora por converter o coração humano para o amor; é duradoura por se constituir como o estilo de vida ao qual o cristão é chamado, tornando-se o programa a ser vivido na existência de cada dia (Francisco, 2015, n. 13; 2016, n. 21). No que tange à justiça, a misericórdia não a desvaloriza, mas a leva à sua plenitude, sendo o meio pelo qual Deus oferece o perdão e o recomeço, transformando a lógica da dívida na lógica da graça.

2.7 A Misericórdia: Uma perspectiva teológica e existencial em três documentos pontifícios

O conceito de misericórdia figura como elemento central no magistério da Igreja Católica, sendo aprofundado e atualizado por diversos pontífices em resposta às necessidades dos seus tempos. A tríade documental composta pela Encíclica *Dives in Misericordia* de João Paulo II (1980) e pelas Cartas

Apostólicas *Misericordiae Vultus* (2015) e *Misericordia et misera* (2016) estabelece a misericórdia como um binômio inseparável: atitude (interioridade, fundamento teológico e contemplação) e ação (manifestação concreta, perdão e obras práticas).

O primeiro eixo conceitual da misericórdia é a sua natureza enquanto atitude divina e, por consequência, uma disposição interior fundamental do homem. João Paulo II cita São Paulo em sua carta aos Efésios, definindo Deus como “rico em misericórdia” (Efésios 2,4), um atributo da divindade que se manifesta com particular intensidade em relação aos que sofrem e aos pecadores. Para o pontífice polonês, Cristo não apenas ensina sobre a misericórdia, mas “Ele próprio encarna-a e personifica-a” (João Paulo II, 1980, n. 2).

O Papa Francisco reforça essa dimensão contemplativa ao afirmar que o mistério da misericórdia deve ser sempre contemplado. “Precisamos sempre de contemplar o mistério da misericórdia. É fonte de alegria, serenidade e paz.” Ela é a palavra que revela o mistério da Santíssima Trindade e o caminho que “une Deus e o homem”. A atitude misericordiosa, portanto, é a lei fundamental que mora no coração de cada pessoa, exigindo que o crente a fixe em si mesmo, transformando-se num “sinal eficaz do agir do Pai”. Essa atitude é o pressuposto para que a ação possa ocorrer. (cf. Francisco, 2015, n. 2).

A misericórdia como ação imperativa existencial na missão da igreja, encontra sua verificação e plenitude na ação concreta em favor do próximo. Em seus documentos, Francisco enfatiza que a misericórdia não pode reduzir-se a um parêntese na vida da Igreja, mas constitui a sua própria existência (Francisco, 2016, n. 1). Ela é o ato supremo pelo qual Deus vem ao nosso encontro (Francisco, 2015, n. 2), sendo uma “ação concreta do amor que, perdoando, transforma e muda a vida” (Francisco, 2016, n. 2).

Essa exigência de agir tem dimensão divino-humana. Jesus não apenas revelou o amor operante de Deus (João Paulo II, 1980, n. 14), mas também exigiu que os homens se guiassem pelo amor e pela misericórdia, o que constitui a medula do *ethos* evangélico, isto é, o estilo de vida de acordo com o evangelho. A parábola do encontro de Jesus com a adúltera, que inspira a *Misericordia et misera*, ilustra a ação de Jesus que, sem condenar, diz: “Vai e de agora em diante não tornes a pecar” (Francisco, 2016, n. 2). Desta forma, Jesus a ajuda a

olhar para o futuro com esperança, pronta a recomeçar a vida (Francisco, 2016, n. 2).

A ação da misericórdia, em suma, opera a libertação e a transformação: O perdão transforma a miséria do pecado e suscita alegria no coração (Francisco, 2016, n. 2). A ação do amor misericordioso domina a condição de fraqueza, permitindo ao indivíduo viver de maneira diferente (Francisco, 2016, n. 2). Com isso, a própria Igreja deve usar mais o remédio da misericórdia que o da severidade (Francisco, 2015, n. 11), cumprindo a bem-aventurança: “Bem aventurados os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia” (Mt 5,7).

A análise dos três documentos pontifícios revela uma continuidade doutrinária sólida. João Paulo II estabelece a misericórdia como a verdade do Pai (*Dives in Misericordia*), uma atitude a ser revelada. Francisco assume essa verdade e a torna um programa pastoral e existencial (*Misericordiae Vultus* e *Misericordia et misera*), um imperativo de ação. A misericórdia não é apenas algo a ser sentido ou entendido (atitude), mas algo a ser concretamente vivido, celebrado e oferecido (ação). É o amor incondicional que, ao se manifestar no perdão e na compaixão, confere ao homem a liberdade e a felicidade necessárias para o recomeço, tornando-se o pilar da identidade cristã e da missão evangelizadora no mundo.

2.8 A Misericórdia no Código de Direito Canônico

O Papa João Paulo II, na Encíclica *Dives in Misericordia*, que antecedeu o código, já havia estabelecido que a misericórdia de Deus se manifesta como o amor que não é paralisado pelo pecado (João Paulo II 1980, n. 13). O Direito Canônico, ao incorporar este princípio, transforma a função da legislação de meramente punitiva para medicinal e pastoral. O direito na Igreja serve para conduzir o fiel à salvação, e não para o aprisionar nas malhas de uma legalidade fria.

A profunda renovação teológica e pastoral promovida pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) atuou como o marco inspirador para uma necessária evolução no ordenamento jurídico da Igreja Católica. Superando a ênfase predominantemente penal e prescritiva do Código de Direito Canônico (CDC) de

1917, a promulgação do atual Código de 1983 absorveu o espírito conciliar, consolidando-se não como um mero conjunto rígido de normas, mas como um instrumento orgânico e pastoral. Nesse cenário, a misericórdia transita de uma atuação exclusiva na esfera teológico-pastoral para inserir-se de forma intrínseca no próprio tecido jurídico da Igreja, tornando-se a chave hermenêutica que orienta e baliza a interpretação de toda a lei eclesiástica.

Consequentemente, toda essa estrutura canônica renovada passa a convergir para o seu fim último e lei suprema: a *salus animarum* (a salvação das almas), conforme expresso no cânon 1752, garantindo que o direito exista, essencialmente, para servir a um propósito salvífico.

Embora o CDC contenha sanções penais (Livro VI), a aplicação da lei canônica é permeada pela equidade canônica, que é a expressão jurídica da misericórdia e da caridade. O cânon 221, § 2, por exemplo, garante aos fiéis o direito de ser julgado “os fiéis têm ainda o direito de serem julgados com observância das normas do direito, aplicadas com equidade.” (CDC, 2024, p. 183). Em lugar de uma abordagem meramente punitiva, o CDC exige que o agente eclesiástico analise as nuances individuais e a utilidade espiritual do fiel, a fim de garantir que a aplicação da lei conduza à cura e à reintegração plena, garantindo que o direito na Igreja sirva ao seu fim último: a *salus animarum*¹. Sobre este termo do direito: “salvação das almas” é louvável recordar que Constituição do homem, isto é, sua natureza a *Gaudium Et Spes* diz:

O homem, ser uno, composto de corpo e alma, sintetiza em si mesmo, pela sua natureza corporal, os elementos do mundo material, os quais, por meio dele, atingem a sua máxima elevação e louvam livremente o Criador. Não pode, portanto, desprezar a vida corporal; deve, pelo contrário, considerar o seu corpo como bom e digno de respeito, pois foi criado por Deus e há-de ressuscitar no último dia. (*Gaudium et Spes*, 1965, n.14)

¹ Sobre a alma e o corpo na escatologia: A Igreja entende esta ressurreição referida ao *homem todo*; esta, para os eleitos, não é outra coisa senão a extensão aos homens da própria Ressurreição de Cristo. A Igreja afirma a sobrevivência e a subsistência depois da morte de um elemento espiritual, dotado de consciência e de vontade, de tal modo que o eu humano subsista. Para designar esse elemento, a Igreja emprega a palavra alma, consagrada pelo uso que dela fazem a Sagrada Escritura e a Tradição. Sem ignorar que este termo é tomado na Bíblia em diversos significados, ela julga, não obstante isso, que não existe qualquer razão séria para o rejeitar e considera mesmo ser absolutamente indispensável um instrumento verbal para sustentar a fé dos cristãos. (Congregação Para a Doutrina Da Fé, 1979).

O princípio da misericórdia encontra sua expressão máxima e normativa no Cânon 1752 do CDC, que encerra o livro sobre os processos, mas funciona como a “lei suprema” de todo o Código: “*Salus animarum suprema lex est*” (a salvação das almas que deve ser sempre a lei suprema na Igreja.) (CDC, 2024, p. 1211). Este cânon ordena que, mesmo nas questões de ordem jurídica mais estrita, a lei formal deve ser mitigada ou interpretada para garantir o bem espiritual do fiel. Dessa forma, a justiça canônica transcende o rigor legal ao ser permeada pela caridade evangélica, estabelecendo a misericórdia como seu fundamento primordial. O Cânon 1341, Este cânon estabelece que as sanções penais devem ter um caráter corretivo “medicinal”, não meramente punitivo.

Sendo assim, a compreensão da disciplina eclesial do direito, exige uma síntese entre a norma jurídica e a solicitude pastoral. Na obra de Walter Kasper, a misericórdia é apresentada não como uma anulação da justiça, mas como sua chave hermenêutica, evitando que o Direito Canônico se torne um sistema de “graça barata” ou de legalismo frio (Kasper, 2015, p. 213). Essa perspectiva teológica encontra eco jurídico na tese de doutorado do padre Jean Rafael Eugênio Barros, que define o ministério do confessor a partir de uma dupla dimensão: a de médico e a de juiz.

Segundo Barros (2013), o confessor, ao representar a justiça divina e a misericórdia, assume a responsabilidade de “diagnosticar sobre a situação e conhecer as causas e raízes profundas do mal” (p. 131). Essa função medicinal é intrínseca ao Direito Canônico, que não visa apenas o cumprimento da norma, mas a *salus animarum* (salvação das almas). Para Kasper (2015, p. 215), essa aplicação da justiça deve ser mediada pela *epieikeia* (equidade), permitindo que a norma geral se ajuste à complexidade da situação singular do penitente.

A negligência na preparação do confessor, alerta Barros (2013, p. 131), pode causar danos graves à consciência do fiel. O confessor deve possuir a “ciência precisa”, atualizando-se na esfera da moral e do direito, para aplicar o “remédio medicinal adequado” e a pena satisfatória². Kasper corrobora esse

² Conforme Barros (2013, p. 181-182), a satisfação é a obra imposta pelo confessor no exercício de sua função de juiz, sendo parte integrante e necessária para a validade do sacramento. Ela não se reduz a uma compensação pelo pecado absoluto — cujo preço foi pago exclusivamente pelo sangue de Cristo —, mas constitui-se como um “freio” para reprimir vícios e um “remédio” para curar as sequelas do pecado através de atos de virtude que contrariam hábitos passados.

pensamento ao afirmar que a disciplina não é dureza desprovida de amor, mas um “ato de misericórdia” com significado pedagógico e terapêutico (cf. Kasper, 2015, p. 215).

Nesse sentido, a relação entre justiça e misericórdia é indissociável. Conforme sintetiza Kasper (2015, p. 217):

A misericórdia não revoga a justiça, mas dá-lhe cumprimento e sobrepõe-se a ela. É o que diz São Tomás Aquino na Suma teológica: “Fica claro que a misericórdia não suprime a justiça, mas é de certa maneira, a plenitude da justiça.”³ (Aquino, 2001, I, q. 21, a. 3, ad 2). Logo em seguida, o Aquino cita a carta de Tiago: “O julgamento vai ser sem misericórdia para quem não praticou misericórdia; a misericórdia, porém, triunfa sobre o julgamento.” (Tg 2,13).

Portanto, a atuação do juiz eclesial e do médico das almas deve ser pautada pela *Caritas*. Enquanto Barros destaca o dever de o confessor ser um instrumento da graça através da ciência e convicção profunda (cf. Barros, 2013, p. 131), Kasper recorda que a sentença justa não deve ser uma “guilhotina”, mas um caminho de recomeço (cf. Kasper, 2015, p. 220). Em última análise, a fidelidade ao Magistério e à disciplina eclesial só se realiza plenamente quando a aplicação do direito se torna, de fato, um exercício da misericórdia divina.

Capítulo 3 – A MISERICÓRDIA DIVINA COMO FONTE DE ALEGRIA PARA O SACERDOTE

O conjunto de textos explora a identidade sacerdotal e a vida cristã a partir do binômio fundamental da alegria e da misericórdia. As fontes utilizam documentos do Magistério, como o Documento de Aparecida e exortações do Papa Francisco, para definir o padre não como um burocrata, mas como um discípulo missionário configurado ao Cristo Bom Pastor. Através das reflexões de teólogos como o cardeal Walter Kasper, argumenta-se que a verdadeira felicidade do ministro brota da intimidade com Deus e do serviço compassivo aos sofredores, superando o rigorismo e a autorreferencialidade. O conteúdo também percorre o testemunho de santos e santas, que personificam a alegria mesmo em meio às tribulações, e destaca o diálogo inter-religioso como campo

³ No texto original latino: *Misericordia non tollit iustitiam, sed est quaedam iustitiae plenitudo.*

de fraternidade humana. Por fim, a figura de Maria é apresentada como o modelo perfeito dessa união, onde o acolhimento da graça divina transborda em um louvor que liberta e renova a esperança.

3.1 Identidade Sacerdotal no Documento de Aparecida: A Alegria do Chamado e o Exercício da Misericórdia

O Documento de Aparecida (DAp), resultante da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, promovida pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) em 2007, com a presença do papa Bento XVI, representa um marco na autocompreensão eclesial Latino-Americano e do Caribe ao propor o paradigma do discipulado missionário. No coração dessa proposta, a identidade sacerdotal é revitalizada por meio de uma configuração ontológica e existencial ao Cristo Bom Pastor. Longe de ser um conjunto de funções burocráticas ou rituais isolados, a vocação presbiteral. podemos fundamentar em dois eixos transversais: a alegria de ter encontrado o Senhor e a misericórdia como expressão da caridade pastoral. Sendo assim, esses elementos não apenas norteia o ser do ministro, mas garantem a credibilidade de sua missão em um continente marcado por profundos desafios sociais e espirituais.

A alegria, no horizonte de Aparecida, não se resume a um estado emocional passageiro ou a um otimismo superficial, mas constitui a essência do discípulo. O documento é enfático ao declarar que “conhecer a Jesus Cristo pela fé é nossa alegria; segui-lo é uma graça” (DAp, 2007, n. 18). Para o sacerdote, essa alegria fundamentada no encontro pessoal com Cristo é o “antídoto frente a um mundo atemorizado pelo futuro e oprimido pela violência” (DAp, 2007, n. 29). A identidade do padre é fortificada quando ele reconhece que sua vida brota da gratuidade divina, o que o impede de cair no desalento diante das dificuldades pastorais. Quando o presbítero faz de Deus o centro absoluto de sua existência, ele experimenta a plena “alegria e a fecundidade de sua vocação” (DAp, 2007, n. 1007), tornando-se capaz de irradiar um fervor espiritual que atrai a comunidade. Sem esse eixo, o ministério corre o risco de degenerar em um medíocre pragmatismo onde a fé se desgasta e a missão perde seu vigor transformador (cf. DAp, 2007, n. 12).

Complementarmente, a misericórdia constitui a face visível da caridade que deve animar todo o ministério presbiteral. O Documento de Aparecida exorta o sacerdote a ser, à imagem do Bom Pastor, um homem de misericórdia e compaixão, permanecendo próximo ao povo e agindo como servidor especialmente daqueles que sofrem grandes necessidades (cf. DAp, 2007, n. 198). Essa dimensão misericordiosa não é apenas uma ação externa, mas uma exigência teológica que se realiza de forma singular no Sacramento da Reconciliação. É no confessional que o sacerdote atua como instrumento vivo do perdão do Pai, permitindo que o pecador experimente que o amor divino é mais forte que o pecado cometido e devolvendo a ele o entusiasmo de anunciá-lo aos demais (cf. DAp, 2007, n. 254). A identidade do padre realiza-se, assim, na capacidade de tornar visível o amor misericordioso do Pai, fazendo da Igreja uma casa e escola de comunhão (cf. DAp, 2007, n. 147, 188).

A integração desses dois eixos é o que sustenta a figura do presbítero-missionário e do presbítero-discípulo. Aparecida destaca que o povo de Deus tem sede de pastores que possuam uma profunda experiência de Deus e que sejam dóceis às orientações do Espírito (cf. DAp, 2007, n. 199). O testemunho de um sacerdócio vivido com alegria e exercido com misericórdia é o que dignifica a Igreja e constitui a melhor promoção vocacional (cf. DAp, 2007, n. 913). Em uma cultura que muitas vezes exclui a transcendência, o sacerdote é chamado a ser testemunha de que somente Deus basta para preencher a vida de sentido (DAp, 2007, n. 221). Esse testemunho é potencializado pela Eucaristia, que é a fonte inesgotável da vocação e do impulso missionário, transformando a existência cotidiana do ministro em uma "missa prolongada" (DAp, 2007, n. 251, 191).

Além disso, a identidade sacerdotal deve ser vivida em uma "Pastoral Orgânica", superando o isolamento individualista para se inserir na comunhão do presbitério sob a guia do bispo (cf. DAp, 2007, n. 169). A alegria de pertencer a uma família de batizados (cf. DAp, 2007, n. 156) e a misericórdia que acolhe as fragilidades humanas permitem que o sacerdote atue como um verdadeiro guia para os povos da América Latina. O documento ressalta que a Igreja não cresce por proselitismo, mas por atração (cf. DAp, 2007, n. 159), e essa força atrativa emana diretamente da santidade de pastores que vivem com transparência o Evangelho da alegria e do perdão.

Em conclusão, o Documento de Aparecida propõe uma identidade sacerdotal cuja vitalidade reside no binômio da alegria do encontro e na misericórdia da entrega, ou seja, o sacerdote deve identificar na sociedade: a cultura do descarte, a desigualdade e a violência que são exemplos claros de sinais de morte na sociedade. Esses fenômenos, que revelam uma profunda falta de sentido e um egoísmo estrutural e social, tornam-se ferramentas de controle social. O sacerdote cumpre sua missão de guiar o povo para uma vida plena em Cristo. Portanto, alegria e misericórdia não são meros adornos do ministério, mas a própria alma do sacerdócio missionário no século XXI.

3.2 A Alegria Sacerdotal Fundamentada na Misericórdia: Perspectivas Teológicas em *Gaudete et Exsultate* e *Desiderio Desideravi*

A vocação e a formação presbiteral, no contexto do magistério contemporâneo da Igreja, encontram sua mais profunda vitalidade no encontro entre a experiência litúrgica da misericórdia e a vivência existencial da alegria. A Exortação Apostólica *Gaudete et Exsultate* (GE) (2018) e a Carta Apostólica *Desiderio Desideravi* (DD) (2022) oferecem um robusto alicerce teológico-pastoral para a compreensão do sacerdócio, demonstrando que o testemunho autêntico do presbítero brota de um coração forjado no amor de Deus na liturgia que transborda de júbilo do anúncio apostólico do Cristo ressuscitado.

Na perspectiva da formação litúrgica delineada em *Desiderio Desideravi*, a misericórdia não é abordada apenas como um pedido, mas como a própria raiz ontológica e sacramental do chamado sacerdotal. O Papa Francisco afirma que, para o exercício do ministério com a verdadeira *ars celebrandi* (do latim, arte de celebrar), é fundamental que o presbítero possua “uma viva consciência de ser, por misericórdia, uma especial presença do Ressuscitado”. A formação do sacerdote não é um processo meramente intelectual, mas ocorre, de maneira incisiva, na própria ação celebrativa. No altar, o ministro é convidado a “submergir-se na fornalha do amor de Deus”, mediando o desejo ardente que Jesus tem de restabelecer a comunhão com o Seu povo (Francisco, 2022, n. 57). Ao aproximar-se para a apresentação dos dons, o presbítero é continuamente educado na humildade e no arrependimento, experimentando em primeira

pessoa a necessidade de purificação e a recepção da misericórdia divina através das palavras que a liturgia coloca em seus lábios (Francisco, 2022, n. 60).

Essa vivência íntima e litúrgica da compaixão transborda, necessariamente, para uma configuração existencial marcada pela alegria. No documento *Gaudete et Exsultate*, Francisco refuta a caricatura de “uma santidade retraída, tristonha, melancólica ou desprovida de energia. E ressalta pelo contrário, o santo é capaz de viver com alegria e sentido de humor, irradiando um espírito positivo e rico de esperança” (Francisco, 2018, n. 122). Para o presbítero, essa alegria cristã é um dever do anúncio apostólico. Francisco lembra que a misericórdia experimentada no encontro sacramental, é definida como o “coração pulsante do Evangelho” (Francisco, 2018, n. 97) é o elemento que liberta o ministro das amarras da rigidez.

A formação presbiteral contemporânea enfrenta, os desafios do que o pontífice denomina “mundanidade espiritual”, manifesta no gnosticismo e no pelagianismo atuais (Francisco, 2018, n. 35; Francisco, 2022, n. 17). Um sacerdote entrelaçado no neopelagianismo confia apenas em suas próprias forças e isola-se em um “elitismo narcisista”, perdendo a capacidade de alegrar-se com a gratuidade do dom de Deus (Francisco, 2018, n. 49; Francisco, 2022, n. 17). A liturgia e as bem-aventuranças atuam como os antídotos supremos contra esses venenos (cf. Francisco, 2022, n. 18). Ao presidir a Eucaristia, o presbítero é curado de sua autorreferencialidade; ele compreende que não conquista a salvação por seu mérito, mas a acolhe, o que se torna fonte de profunda paz interior e libertação (Francisco, 2022, n. 19-20).

O testemunho de santos e mártires corrobora esta dinâmica intrínseca. A alegria transcendental e o sentido de humor são traços marcantes na vida de figuras como São Tomás Moro, São Vicente de Paulo e São Filipe Néri, provando que “O mau humor não é um sinal de santidade.” (Francisco, 2018, n. 126). Francisco destaca, sobretudo, o exemplo vigoroso de “tantos sacerdotes, religiosas, religiosos e leigos que se dedicam a anunciar e servir com grande fidelidade” O testemunho destes presbíteros citados, lembra que a Igreja não necessita de burocratas ou funcionários de uma máquina eclesial, mas sim de “missionários apaixonados, devorados pelo entusiasmo de comunicar a verdadeira vida” (Francisco, 2018, n. 138). Francisco destaca que:

Os presbíteros deixam-se trabalhar pelo Espírito que quer levar a cumprimento a obra que começou na sua ordenação. A ação do Espírito oferece-lhes a possibilidade de exercer a presidência da assembleia eucarística com o temor de Pedro, consciente do seu ser pecador [cf. *Lc* 5, 1-11], com a humildade forte do servo sofredor [cf. *Is* 42 ss]. (Francisco, 2022, n. 59).

Segundo o Papa, os presbíteros entusiasmados são a perfeita encarnação do ministro ordenado que, sob o impulso do Espírito Santo e com a alegria de Jesus Cristo ressuscitado, vive com confiança o exercício cotidiano da sua vocação.

Portanto, ambos os documentos evidenciam que a formação presbiteral deve, evitar o descordo entre o rito e a prática existencial do sacerdote. O presbítero é formado pelas palavras de perdão que pronuncia e pela doação que realiza no altar (cf. Francisco, 2022, n. 60).

Em suma, a alegria sacerdotal não se resume a um otimismo sociológico passageiro, mas consiste em uma certeza teológica ancorada na experiência da alegria e a misericórdia divina. O sacerdote, formado continuamente no encontro com o mistério pascal celebrado, converte-se na arte evangélica da compaixão. Seu testemunho, fundamentado no amor de Deus, assim, é capaz de erradicar a tristeza e o rigorismo, revelando à comunidade de fé o rosto autêntico, radiante e infinitamente misericordioso do Mestre Jesus.

3.3 O Sacerdote como Testemunho e Servidor da Alegria na Perspectiva de Walter Kasper

A crise de identidade do clero contemporâneo e a crescente indiferença religiosa impõem um desafio fundamental à missão sacerdotal. Em sua obra *Servidores da Alegria*, o Cardeal Walter Kasper apresenta uma reinterpretação cristológica do sacerdócio, fundamentando-o não na burocracia institucional, mas na amizade profunda com Jesus Cristo. Para Kasper, o padre não é um mero funcionário do sagrado, mas um testemunho vivo de que a felicidade humana encontra sua plenitude apenas em Deus.

A essência da alegria sacerdotal não provém de sucessos pastorais externos, mas da intimidade com o Mestre. Kasper utiliza a imagem bíblica do discípulo amado para ilustrar essa relação: “devemos nos reclinar sobre o peito

de Jesus para compreendê-lo” (Kasper, 2026, p. 22). É dessa comunhão que brota a capacidade de responder às angústias existenciais. Em um cenário de silêncio de Deus, o sacerdote é “uma pessoa que fala do Deus com face humana” (Kasper, 2026, p. 22).

O autor alerta que a alegria sacerdotal é ameaçada pelo excesso de reuniões e burocracia, afirmando que “um excesso de trabalho em conselhos desvia o padre de seu trabalho pastoral genuíno” (Kasper, 2026, p. 74). O verdadeiro pastor não se esconde atrás de resoluções administrativas, pois, como lembra o autor, “Jesus não disse: Sentem-se juntos, mas Ponham-se de pé e saiam!” (Kasper, 2026, p. 74).

O testemunho da alegria se manifesta na figura do “Bom Pastor”, que exige a coragem de determinar uma direção clara a partir da fé. Kasper é enfático ao dizer que a mera “adaptação ao que muitos desejariam ouvir não representam um posicionamento pastoral, mas um fracasso pastoral” (Kasper, 2026, p. 74). No entanto, essa firmeza deve ser equilibrada com a compaixão, pois o pastor é aquele “capaz de dizer a verdade no amor” (Kasper, 2026, p. 74).

A alegria sacerdotal atinge seu ápice no exercício da misericórdia. Kasper destaca a “grandeza da experiência de poder garantir concretamente a outras pessoas a superabundante e infindável misericórdia de Deus” (Kasper, 2026, p. 91). Ele reforça que a graça do perdão não é superficial: “A graça do perdão não é, portanto, uma graça barata; ela foi adquirida por alto preço” (Kasper, 2026, p. 94). O padre testemunha a alegria ao entender que é preciso amar o pecador, não o pecado (cf. Kasper, 2026, p. 94).

Para sustentar sua tese, Kasper evoca alguns santos como: São Carlos Borromeu: Que introduziu uma abrangente renovação pastoral; São Filipe Neri: Considerado o segundo apóstolo de Roma por seu apostolado nas ruas; Dom Bosco: Definiu padrões com uma pastoral marcada pela alegria e pela amizade; Dom Luis Orione: Preocupou-se com os mais abandonados e os mais distantes de Deus (cf. Kasper, 2026, p. 76-77).

Kasper conclui que ser padre ainda faz sentido porque “o homem nasceu para a alegria”. A felicidade plena, ou *beatitudo*, significa a “alegria sem fim, plena, que encontramos apenas em Deus”. O sacerdote é aquele que ajuda o próximo a “redescobrir as fontes verdadeiras de alegria” (cf. Kasper, 2026, p. 125).

Mesmo diante da cruz, o serviço do padre está já agora banhado pela luz transfiguradora da ressurreição. Ao proclamar a mensagem pascal, o sacerdote atesta que a alegria do Senhor é a vossa força (cf. Kasper, 2026, p. 126). O testemunho sacerdotal é convincente apenas quando vivido integralmente: “apenas um serviço sacerdotal vivido integralmente é convincente” (Kasper, 2026, p. 77).

3.4 A Misericórdia: Testemunho Sacerdotal e Pastoral

A primeira tarefa da Igreja e de seus membros, por conseguinte, do ministério sacerdotal, do qual é objeto de pesquisa deste trabalho acadêmico, que consiste fundamentalmente em anunciar a boa nova da misericórdia divina, isso é, a economia da revelação. Deus, em seu amor, revela-se aos homens como amigo para convidá-los à comunhão plena consigo através do Espírito Santo. Essa revelação ocorre por uma “economia” de gestos e palavras que se explicam e se confirmam mutuamente na história. O acesso ao Pai e a participação na natureza divina realizam-se fundamentalmente por meio de Jesus Cristo, o Verbo encarnado. Assim, Cristo estabelece-se como o mediador definitivo e a plenitude total de toda a verdade sobre Deus e a salvação em sua encarnação, vida, paixão, morte, ressurreição, ascensão e o derramamento do Espírito Santo. (cf. DV. n.2) No contexto contemporâneo, onde muitos vivem alheios à presença de Deus, essa mensagem central não pode ser relegada a um plano secundário nem desviada para cenários acessórios. Segundo Walter Kasper (p. 196), a Igreja tem de avançar até o centro da mensagem evangélica. Para que o testemunho pastoral irradie verdadeira alegria, o sacerdote não deve anunciar um Deus sombrio, vago ou reduzido a um conceito filosófico abstrato, tampouco infundir medo nas pessoas apresentando um Deus juiz e vingador. A missão autêntica exige louvar a inesgotável compaixão e apresentar Deus como o “Pai das misericórdias e o Deus de toda a consolação”.

A teologia profunda da compaixão oferece a base sólida para essa alegria pastoral. Kasper (p. 114-115) argumenta que a misericórdia não é apenas um aspecto menor da divindade, mas a *caritas operativa et effectiva* de Deus, devendo ser tida como o Seu principal atributo. Ela atua como o centro organizador ao redor do qual todos os demais atributos divinos se agrupam. Até

mesmo a justiça divina deve ser compreendida a partir da misericórdia, apresentando-se como a justiça característica de Deus. A profundidade desse amor revela-se de forma insuperável na encarnação e na cruz (Kasper, p. 121), onde Deus Se interna na morte, que Lhe é totalmente oposta, a fim de derrotá-la. Esse autoesvaziamento é a suprema revelação da onipotência divina no amor. O sacerdote, espelhando essa doação, encontra alegria ao ser o veículo pelo qual o Espírito Santo acolhe as misérias do rebanho.

O testemunho dessa graça exige que a evangelização se torne uma realidade palpável 'hoje' para os ouvintes atuais (Kasper, p. 197). A nova evangelização não é uma acomodação barata às modas, mas o esforço de tornar o Evangelho de sempre atual frente aos sofrimentos contemporâneos. O ministro alegre não critica o mundo moderno de forma exclusivamente negativa, encarando-o apenas como decadência; pelo contrário, a Igreja deve valorizar os legítimos desejos humanos e abordar as feridas modernas com compaixão. Como ilustra Kasper (p. 199), a verdade sem misericórdia seria fria e ofensiva. A verdade não é comparável a "uma luva de banho molhada que se atira à cara do outro", mas sim a "um abrigo acolhedor em que se ajuda alguém a entrar", protegendo-o das inclemências do tempo. Por isso, o sacerdote deve evitar a postura polêmica ou a atitude de quem julga tudo saber do alto do púlpito, adotando um estilo dialógico que pressupõe um coração disposto à escuta recíproca.

Os exemplos mais puros dessa alegria misericordiosa encontram-se no modo como Jesus agiu em Suas parábolas (Kasper, p. 196). A prática sacerdotal reflete o pai do filho pródigo, que se aproxima daqueles que estão longe e lhes restitui a dignidade de filhos. Inspira-se no bom samaritano, que recolhe o ferido da valeta e trata-lhe as feridas. E manifesta-se de forma clara no bom pastor (Kasper, p. 198), que vai atrás dos perdidos, coloca-os aos "nossos ombros" e os reintegra à comunidade repleto de alegria. O testemunho pastoral assegura que há mais júbilo no céu por um pecador que se converte do que por noventa e nove justos. Essa atitude revela que Deus não nos deu por perdidos ao nos afastarmos, mas desceu à nossa mais profunda humilhação para nos atrair ao Seu coração.

Por fim, essa ação pastoral culmina na verdadeira realização do indivíduo. A misericórdia divina significa a felicidade plena do ser humano, pois Deus toma

a Seu cargo a nossa verdadeira pobreza, que consiste no distanciamento causado pelo pecado. A missão do sacerdote consiste em oferecer às pessoas a experiência e o gozo dessa felicidade interior. A misericórdia endireita os passos vacilantes, “alarga o nosso coração e suscita em nós alegria e esperança”, restabelecendo a ordem original e concedendo um sossego e uma paz que permitem antecipar a beatitude eterna. (Kasper, p. 123).

3.5 A dialética da misericórdia e da alegria no testemunho dos santos

A vida cristã, em sua expressão mais plena na qual vive a santidade, não se resume ao cumprimento de preceitos, mas à configuração do ser à pessoa de Jesus Cristo. No centro dessa configuração, residem a misericórdia e a alegria, duas virtudes que, na perspectiva do Magistério da Igreja, são indissociáveis como diz a *Lumen Gentium*:

Em primeiro lugar, os pastores do rebanho de Cristo, à semelhança do sumo e eterno sacerdote, pastor e bispo das nossas almas, desempenhem o próprio ministério santamente e com alegria, com humildade e fortaleza; assim cumprido, também para eles será o seu ministério um sublime meio de santificação. (LG n.41).

Como ensina o Papa Francisco na Exortação Apostólica *Gaudete et Exsultate* (GE), “o santo é capaz de viver com alegria e sentido de humor” (GE, n. 122), pois a alegria é o fruto imediato de quem se experimenta alcançado pela misericórdia divina.

Para Santa Faustina, a “Apóstola da Divina Misericórdia”, a alegria não nasce da ausência de sofrimento, mas da confiança absoluta no amor de Deus. Que converge de acordo com a primeira carta de Pedro: “Nisso deveis alegrar-vos, ainda que agora, se necessário, sejais contristados por um pouco de tempo, em virtude de várias provações” (1Pd 1, 6). A teologia de Faustina revela que a misericórdia é o atributo máximo de Deus, e a alma que a acolhe torna-se, por consequência, um reflexo dessa luz. No seu diário, ela registra a ordem recebida de Cristo que fundamenta essa união:

“Digo-te, Minha filha, que, se pelo menos uma vez por dia Me desses uma prova da tua confiança, Eu ficaria contente e a tua alma ficaria inundada de uma nova alegria.” (Kowalska, 2002, p. 154). Essa menção sublinha que a confiança (*fides*) é o canal pelo qual a misericórdia transborda em júbilo espiritual, ecoando a promessa bíblica de que “Sua misericórdia é para sempre” (Sl 136).

Se em Faustina a misericórdia é contemplativa, em Santa Dulce dos Pobres ela se torna caridade operosa. A “Anjo Bom da Bahia” personificou a bem-aventurança dos misericordiosos (Mt 5,7). Para Dulce, a alegria era o combustível para o serviço aos mais necessitados, vindo no “Cristo que sofre” a razão de sua entrega. Em seus registros biográficos, a santa baiana, da qual tive a alegria de visitar seus restos mortais e visitar onde ela viveu e conversar com seus contemporâneos⁴, irmã Dulce enfatizava a origem divina de sua força: “Se Deus viesse à nossa porta, como seria recebido? Ora, o pobre é o próprio Cristo. A minha alegria é ver que, através do pouco que fazemos, Deus manifesta a Sua grande misericórdia para com os esquecidos.” (Passos, 2019, p. 88).

Por fim, a Doutora da Igreja, Santa Teresa de Ávila, ensina que a alegria é uma marca da maturidade espiritual. Para Teresa, um “santo triste é um triste santo”. Ela argumenta que a união com Deus pela oração expande o coração, permitindo que a misericórdia divina cure as feridas da alma e instale nela uma paz inabalável. Nas suas Exclamações, ela escreve: “Vós sois a verdadeira misericórdia, Senhor meu; por isso, quanto mais entendeis nossas misérias, mais nos mostrais o Vosso amor, e daí nasce em minha alma um contentamento que o mundo não pode dar.” (Ávila, 1995, p. 210).

Dito isso, a misericórdia e a alegria formam o binômio da santidade. Enquanto a misericórdia é a resposta de Deus à fragilidade humana, a alegria é a resposta do homem à presença de Deus. Pelos testemunhos de Faustina, Dulce e Teresa, percebe-se que a santidade não é um peso, mas a leveza de quem se sabe amado e, por isso, torna-se capaz de amar.

É imprescindível mencionar que o Papa Leão XIV, este ano, proclamou um Ano Jubilar especial em comemoração aos 800 anos da morte de São Francisco

⁴ Padre Aderbal Galvão de Sousa, da Arquidiocese de Salvador- BA. Sacerdote que realizou meu Batismo em 20/01/1991, Ribeirão Pires-SP. Conheceu Irmã Dulce quando era diácono e visitava os doentes no hospital, sendo testemunha no processo de canonização da Santa Brasileira.

de Assis. Nesse contexto, o diálogo entre Francisco e Frei Leão transcende a mera lição de resiliência; ele representa uma sistematização da *kenosis* (esvaziamento) nos escritos paulina e das Bem-aventuranças. Observemos o que relatam as Fontes Franciscanas:

I Fioretti di San Francesco - 8
Capítulo VIII

Como, andando pelo caminho, São Francisco e Frei Leão, expôs para ele coisas que são a perfeita alegria.

Vindo uma vez São Francisco de Perusa para Santa Maria dos Anjos com Frei Leão, era tempo do inverno e o frio grandíssimo o cruciava fortemente. Chamou Frei Leão, que ia indo na frente, e disse assim: “Frei Leão, se acontecer, por graça de Deus, que os frades menores dêem em todas as terras grande exemplo de santidade e de boa edificação; apesar disso, escreve e anota diligentemente que não está aí a perfeita alegria”.

E andando mais adiante, São Francisco chamou-o uma segunda vez: “Ó Frei Leão, ainda que o frade menor ilumine os cegos, estenda os encolhidos, expulse os demônios, faça os surdos ouvirem e coxos andarem, e os mudos falarem e, o que é coisa maior, ressuscite os

mortos de quatro dias; escreve que não está aí a perfeita alegria”.

E, andando um pouco, São Francisco gritou forte: “Ó Frei Leão, se o frade menor soubesse todas as línguas, todas as ciências e todas as escrituras, de modo que soubesse profetizar e revelar não somente as coisas futuras mas até os segredos das consciências e das pessoas; escreve que não está nisso a perfeita alegria”.

Andando um pouco mais adiante, São Francisco ainda chamava forte: “Ó Frei Leão, ovelhinha de Deus, ainda que o frade menor fale com a língua do Anjo e saiba os caminhos das estrelas e as virtudes das ervas, e lhe fossem revelados todos os tesouros da terra, e conhecesse as virtudes dos pássaros e dos peixes e de todos os animais, e das pedras e das águas; escreve que não está nisso a perfeita alegria”.

E andando ainda mais um pedaço, São Francisco chamou com força: “Ó Frei Leão, ainda que o

frade menor soubesse pregar tão bem que convertesse todos os infiéis para a fé de Cristo; escreve que aí não há perfeita alegria”.

E durando esse modo de falar bem duas milhas, Frei Leão, com grande admiração, lhe perguntou, dizendo: “Pai, eu te peço da parte de Deus que tu me digas onde há perfeita alegria”. E São Francisco lhe respondeu: “Quando nós estivermos em Santa Maria dos Anjos, tão molhados pela chuva, enregelados pelo frio, enlameados de barro, aflitos de fome, e batermos à porta do lugar, e o porteiro vier irado e disser: Quem sois vós? E nós dissermos: Nós somos dois dos vossos frades. E ele disser: Vós não dizeis a verdade, aliás sois dois marotos que andais enganando o mundo e roubando as esmolas dos pobres; ide embora; e não nos abrir, e fizer-nos ficar fora na neve e na água, com o frio e com a fome até de noite; então, se nós suportarmos tanta injúria e tanta crueldade, e tantas despedidas pacientemente, sem nos perturbarmos, e sem murmurar dele, e pensarmos humildemente que aquele porteiro nos conhece de verdade, que Deus o faz falar contra nós; ó Frei Leão, escreve que aqui há perfeita alegria.

E se, apesar disso, continuássemos batendo, e ele saísse para fora perturbado, e nos expulsasse como velhacos importunos, com vilanias e bofetões, dizendo: Ide embora daqui, ladrõezinhos muito vis, ide ao hospital, porque aqui vós não comereis, nem vos abrigareis; se nós suportarmos isso pacientemente, com alegria e com bom amor; ó Frei Leão, escreve que aqui há perfeita.

E se nós, mesmo constrangidos pela fome, pelo frio e pela noite, ainda batermos mais, chamarmos e pedirmos por amor de Deus com muito pranto que nos abra e nos ponha para dentro assim mesmo, e ele escandalizado disser: Estes são patifes importunos, eu os pagarei bem, como merecem; e sair para fora com um bastão cheio de nós, e nos agarrar pelo capuz e jogar por terra, e nos revirar na neve e nos bater nó por nó com aquele bastão: se nós suportarmos todas essas coisas pacientemente e com alegria, pensando nas penas de Cristo bendito, que temos que aguentar por seu amor; ó Frei Leão, escreve que aqui e nisto há perfeita alegria.

E, por isso, ouve a conclusão, Frei Leão. Acima de todas as graças e dons do Espírito Santo, que Cristo

concede aos seus amigos, está a de vencer a si mesmo e de boa vontade, por amor de Cristo, suportar penas, injúrias, opróbrios e mal-estares; porque de todos os outros dons de Deus nós não podemos nos gloriar, pois não são nossos mas de Deus, como diz o Apóstolo: Que é que tu tens que não recebeste de Deus? E se recebeste dele, por que te glorias,

como se o tivesses por ti? Mas na cruz da tribulação e da aflição nós podemos nos gloriar, pois diz o Apóstolo: Não quero me gloriar a não ser na cruz de nosso Senhor Jesus Cristo”.

Para louvor de Jesus Cristo e do pobrezinho Francisco. Amém. (Fioretti, Cap. VIII).

Teologicamente, a alegria não é um estado emocional, mas uma categoria da Teologia da Cruz, do qual se fala, Bento XVI em sua carta Encíclica *Spe Salvi* onde diz: “O que cura o homem não é esquivar-se do sofrimento, fugir diante da dor, mas a capacidade de aceitar a tribulação e nela amadurecer, de encontrar um sentido através da união com Cristo, que sofreu com infinito amor.” (Bento XVI, 2007, n. 37).

Ao suportar as rejeições e os ultrajes com paciência, o fiel vive a bem-aventurança dos “perseguidos por causa da justiça” (Mt 5,10). Esta postura exige o esvaziamento do ego para que a graça opere, transformando a fragilidade em força apostólica: “Basta-te a minha graça, pois é na fraqueza que a força manifesta todo o seu poder. Por conseguinte, com todo o ânimo prefiro gloriarme das minhas fraquezas, para que pouse sobre mim a força de Cristo.” (2 Cor 12,9). Conforme as fontes primárias da Ordem franciscana: Se suportarmos tais coisas com paciência e com alegria, pensando nos sofrimentos de Cristo, os quais devemos suportar por seu amor: ó Frei Leão, escreve que nisso está a perfeita alegria. (cf. Fioretti, Cap. VIII).

Em suma, a perfeita alegria é a síntese da caridade e da humildade. Ela prova que a verdadeira realização do ministério reside na entrega total, onde o sofrimento transfigurado pela fé torna-se o lugar da maior comunhão com o divino como diz o Apóstolo: “Agora eu me regozijo nos meus sofrimentos por vós, e completo, na minha carne, o que falta das tribulações de Cristo pelo seu corpo que é a Igreja.” (Colossenses 1,24).

3.6 A prática da misericórdia no diálogo inter-religioso

A manifestação da misericórdia na vida de pessoas de boa-fé, mesmo quando sem uma confissão religiosa explícita, fundamenta-se na doutrina da *Imago Dei*, como afirma a declaração *Nostra Aetate* (NA): “os homens constituem todos uma só comunidade; todos têm a mesma origem, pois foi Deus quem fez habitar em toda a terra o inteiro gênero humano” (NA, n. 1), pela qual reconhece em cada ser humano a centelha divina da bondade. No âmbito teológico, esse agir se traduz pelo conceito hebraico de *Hesed*, uma fidelidade compassiva que transcende o sentimento e se torna compromisso social. Durante diálogos com o Papa Francisco, o Rabino Abraham Skorka destacou que a espiritualidade autêntica deve romper o isolamento dogmático para encontrar a dor do próximo. Segundo Skorka: “A misericórdia não é apenas uma ideia abstrata, mas o compromisso ético de caminhar com o outro. É a capacidade de sentir a presença de Deus no rosto de quem sofre, independentemente de sua crença” (Skorka; Francisco, 2013, p. 82).

Essa visão converge com o pensamento do Imã Ahmad Al-Tayyeb, que, em evento conjunto no Vaticano, reforçou o papel das religiões em promover a alegria através da paz. Conforme o registro oficial: “A fraternidade humana exige que a misericórdia divina seja o que nos une e nos convoca a ver no outro um irmão a ser sustentado e amado” (Francisco; Al-Tayyeb, 2019, p. 5).

A prática da misericórdia no diálogo inter-religioso revela que a cooperação entre diferentes crenças não anula as identidades, mas as aprofunda através do serviço ao próximo e sobre a impossibilidade de amar a Deus sem amar o próximo. Pois, como ensina a declaração conciliar, “não podemos invocar Deus como Pai comum de todos, se nos recusamos a tratar como irmãos alguns homens, criados à Sua imagem” (NA, n. 5), valida essa conduta em Tiago 2,18, ao afirmar: “Tu tens fé e eu tenho obras. Mostra-me a tua fé sem obras e eu te mostrarei a fé pelas minhas obras.” (Tg 2,18), evidenciando que a fé e a alegria do serviço é o testemunho mais eloquente da presença da misericórdia de Deus no mundo.

3.7 A Alegria do *Magnificat* e a Misericórdia do *Benedictus*

A autêntica alegria cristã encontra sua gênese teológica na experiência transformadora da misericórdia divina, manifestada de forma magistral nos “evangelhos da infância” de Lucas. Ao transcrever a exultação de Maria no *Magnificat* (Lc 1,46-55), a Escritura apresenta “uma imagem concreta, e mais: uma imagem que é como um espelho da misericórdia divina e um arquétipo da misericórdia humana e cristã” (Kasper, 2015, p. 249). Essa alegria mariana não brota de uma glória pessoal, mas do acolhimento total da graça, pois “Maria recapitula no *Magnificat* toda a história da salvação, descrevendo-a como uma história da compaixão divina” (Kasper, 2015, p. 250).

Essa íntima correlação entre o júbilo e a gratuidade da salvação estrutura também o *Benedictus* (Lc 1,68-79). No hino de Zacarias, exalta-se o Deus que liberta seu povo, movido pelas entranhas de misericórdia (cf. Lc 1,78). Lidos em conjunto, “todos esses louvores poéticos indicam a bênção e o sonho do novo, permeados nos ‘Evangelhos da Infância’” (Bueno; Ulloa, 2014, p. 277). A alegria que perpassa ambos os cânticos reflete a ação libertadora de Deus, fundamentada no “convite a ‘cantar’, indicando o regozijo compartilhado por todos os ‘experimentadores’ da liberdade” (Bueno; Ulloa, 2014, p. 276). O que se percebe é “o cântico de Maria, enquanto continuidade da teologia do Antigo Testamento de um Deus que é inversor da realidade em favor dos desprestigiados” (Bueno; Ulloa, 2014, p. 279).

Por fim o Papa Francisco, cujo pontificado foi marcado pelo tema da misericórdia, coloca Maria na porta de entrada da alegria do Evangelho. Ele vê nela a primeira a acolher a alegria do anúncio “Alegra-te, cheia de graça! O Senhor está contigo” (Lc 1,28) e a guardiã da misericórdia de Deus “sua misericórdia se estende, de geração em geração...” (Lc 1,50). Na Bula de Proclamação do Jubileu da Misericórdia, ele afirma que o Filho de Maria é “o rosto da misericórdia do Pai” e que Maria é a Mãe da Misericórdia, por “ter dado à luz Jesus, plenitude do Amor de Deus” (Francisco, 2015a, p. 30). O Santo Padre enfatiza que a plenitude da graça em Maria é o que transforma o coração, permitindo-lhe realizar o ato que muda a história e gera a alegria. Ele nos convida a sermos ilhas de misericórdia no meio do mar da indiferença, a exemplo de Maria (cf. Francisco, 2015b, p. 45).

Sua alegria, isto é, de Maria, é um traço distintivo que os cristãos são chamados a imitar: levar Jesus, que é a fonte de toda alegria e o rosto da misericórdia. Diante desse mistério, “em virtude do seu ‘sim’ obediente, Maria torna-se a serva da misericórdia divina, escolhida e agraciada por Deus” (Kasper, 2015, p. 252). Assim, a teologia lucana consagra que a verdadeira alegria nasce do assombro diante de um Deus que se revela, redime, socorre e salva seu povo por puro amor.

De tal modo Deus amou o mundo, que deu o seu Filho Unigênito, para que todo o que nele crer não pereça, mas tenha vida eterna, pois Deus enviou o seu Filho ao mundo, não para condenar o mundo, mas para que o mundo seja salvo por meio dele. (Jo 3, 16-17).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar ao término deste percurso acadêmico e espiritual é, antes de tudo, uma oportunidade para contemplar a inestimável beleza da vocação sacerdotal vivida sob a luz do amor de Deus. O presente trabalho demonstrou que a misericórdia e a alegria não são atributos periféricos, mas o coração pulsante da vida da Igreja e do ministério presbiteral. Ao recapitularmos os principais pontos, foi constatado que a alegria, desde a Antiga até a Nova Aliança (*Šimḥâ* e *Charâ*), consolida-se como uma força ontológica, uma virtude teologal e um dom do Espírito Santo que transcende a mera felicidade passageira. O Concílio Vaticano II, em seu sopro de renovação (*aggiornamento*), resgatou o rosto de uma “Igreja mãe”, que prefere o remédio da misericórdia em vez das armas da severidade.

Mais recentemente, celebrando os 60 anos dos decretos conciliares, o Papa Leão XIV, em sua Carta Apostólica *Uma fidelidade que gera futuro* (FGF), recorda-nos perfeitamente dessa essência, afirmando que “perseverar na missão apostólica oferece a possibilidade de nos interrogarmos sobre o futuro do ministério, ajudando outros a experimentar a alegria da vocação sacerdotal” (Leão XIV, FGF, 2025, n. 1). É neste horizonte eclesiológico com os alicerces sagrada Tradição, a sagrada Escritura e o Magistério da Igreja (DV n. 10), esclarecem a identidade do padre: não um burocrata do sagrado, mas um discípulo-missionário cuja vida flui do sacrifício eucarístico e da caridade pastoral, e que encontra no Bom Pastor a sua configuração ontológica, vivendo a sinodalidade com todo o povo de Deus do qual ele faz parte.

Diante de nossa questão norteadora como a experiência da misericórdia divina sustenta a alegria sacerdotal? A resposta e a tese central deste estudo consolidam-se na compreensão de que a verdadeira alegria do sacerdote nasce do seu encontro íntimo e contínuo com a misericórdia divina. Jesus Cristo é a encarnação definitiva do amor fiel (*Hesed*) e da compaixão visceral (*Rahamim*) do Pai. O sacerdote só se torna um autêntico “servidor da alegria”, como propõe Walter Kasper, quando se reconhece primeiro como um pecador alcançado e curado por esse perdão Divino. Longe de confiar em suas próprias forças, o que o Papa Francisco aponta como o perigo da “mundanidade espiritual” e do neopelagianismo, o padre encontra a libertação de toda rigidez rigorista ao submergir-se na fornalha do amor de Deus, especialmente na liturgia e nas obras

de misericórdia. “Servir ao Senhor com Alegria” (Sl 100,2); também na parábola do servo bom e fiel “vem alegrar-te com teu Senhor” (Mt 25,21); por fim, aqueles que praticar as obras de Misericórdia ouvirão do Rei: “Vinde, benditos de meu Pai, recebi por herança o Reino preparado para vós desde a fundação do mundo.” (Mt 25,31-45). A alegria, portanto, é a resposta humana à gratuidade da salvação e da compaixão divina.

O Papa Leão XIV, na Exortação Apostólica *Dilexi Te* (DT), reforça magistralmente ao apontar que no “apelo a reconhecê-Lo nos pobres e atribulados, revela-se o próprio coração de Cristo, os seus sentimentos e as suas opções mais profundas” (Leão XIV, DT, 2025, n. 3). O sacerdote liberta-se da rigidez e encontra a verdadeira alegria não no isolamento, mas ao tocar a carne de Cristo nos necessitados, pois, como afirma a Doutrina e a Palavra, “não se pode amar a Deus sem estender o próprio amor aos pobres” (Leão XIV, DT 2025, n. 43).

As contribuições teológicas e pastorais desta pesquisa repousam na comprovação da indissociabilidade entre a verdade doutrinal e a ternura pastoral. O estudo evidencia que a misericórdia não anula a justiça, mas a leva à sua mais alta plenitude. No âmbito jurídico-canônico, isso é traduzido pelo princípio de que a salvação das almas (*salus animarum*) ou seja, a salvação do ser humano, e isso consiste na lei suprema, conferindo à disciplina da Igreja um caráter medicinal e terapêutico, e não apenas punitivo. Na prática, isso reafirma que o confessionário e o altar não são tribunais de condenação, mas espaços de recomeço onde a miséria humana encontra a misericórdia (*miser cordia et misera*), recriando o coração do homem.

Quanto às implicações pastorais, torna-se urgente repensar o modelo de formação presbiteral e a dinâmica das comunidades de fé. É fundamental que os seminários e as formações contínuas não se restrinjam ao academicismo, mas forjem pastores que integrem o rito à própria existência, cultivando a “arte de celebrar” e a compaixão. O próprio Papa Leão XIV lembra que a fidelidade à vocação é um caminho de conversão constante, onde o agir da graça “envolve a nossa frágil humanidade, curando-a do narcisismo e do egocentrismo” (Leão XIV, FGF, 2025, n. 13). Um ministério pautado nessa doação gratuita e misericordiosa é o único antídoto contra a “mundanidade espiritual”. Em paralelo, o cuidado com os sofredores não pode ser um mero departamento assistencial;

a Igreja deve integrar as realidades marginalizadas no seu convívio profundo, entendendo o serviço aos necessitados como algo central à sua identidade (cf. Leão XIV, DT, 2025, n. 122).

Além disso, para fomentar o florescimento da alegria sacerdotal nas comunidades, é imperativo proteger o ministério do excesso de reuniões, burocracia e ativismo cego, que geram exaustão, roubam a proximidade com o rebanho e asfixiam o zelo missionário.

Comunidades, leigos e o próprio presbitério devem atuar como redes de comunhão fraterna, onde o padre é estimulado a ser um guia próximo e misericordioso, sendo um testemunho vivo do Cristo alegre, do Cristo ressuscitado, rico em misericórdia transbordante da alegria pascal!

Por fim, este trabalho não esgota a vastidão do tema, abrindo perspectivas futuras para novas investigações. Como estudos empíricos e interdisciplinares sobre o impacto psicológico da atual cultura do descarte e do isolamento sobre o clero, analisando como a teologia da misericórdia pode atuar de forma prática e terapêutica na prevenção da síndrome de esgotamento (*burnout* sacerdotal). Outro campo de pesquisa conveniente seria aprofundar o modo como a alegria do serviço e a prática da caridade pastoral podem servir como linguagem universal e ponte eficaz no diálogo inter-religioso, promovendo a paz em tempos de forte polarização social como o Papa Leão XIV vem nós exortando.

À luz de Maria, que entoava o júbilo do seu *Magnificat* por ter experimentado a compaixão de Deus de geração em geração, finalizamos que o sacerdócio só possui vitalidade quando é vivido como um transbordamento eclesial de amor e ao exercer a misericórdia, exerça-a com alegria. Mesmo sabendo que: “Trazemos, porém, este tesouro em vasos de argila, para que esse incomparável poder seja de Deus e não de nós” (2Cor 4,7). O sacerdote, marcado pela inesgotável alegria de ser perdoado, converte-se no sinal luminoso de que o ser humano, em sua essência, nasceu para o amor divino, as alegrias eternas e perdoar. “Pai, perdoa-lhes! Eles não sabem o que fazem!” (Lc 23,34).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Trad. Arnaldo do espírito Santo, João Beato e Maria Cristina C. S. Pimentel. Lisboa. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2ª Edição Bilíngue, 2004.

AGOSTINHO, Santo. **Patrística: Comentários a São João I: Evangelho – Homilias 1-49**. São Paulo: Paulus, 2022. (Coleção Patrística, v. 47/1).

ALEGRIA. In: BRON, A. Van Den. **Dicionário enciclopédico da Bíblia**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. p.33.

ALEGRIA. In: **Enciclopédia da Bíblia**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. p.33.

AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**: volume 1: 1ª parte, questões 1-43. Tradução de Alexandre Correia; coordenação geral de Carlos-Josaphat Pinto de Oliveira. São Paulo: Loyola, 2001.

ÁVILA, Santa Teresa de. **Obras Completas**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

BARROS, Jean Rafael Eugênio. **A Fidelidade do Confessor ao Magistério e as Qualidades de Médico e Juiz**. 2013. Tese (Doutorado em Direito Canônico) – Pontifícia Universidade Lateranense, Roma, 2013.

BENTO XVI, Papa. **Carta Encíclica Spe Salvi: sobre a esperança cristã**. Vaticano: 2007. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20071130_spe-salvi.html. Acesso em: 12 abr. 2026.

BIANCHI, Enzo; CARVALHO, João Carlos. **A misericórdia na Bíblia. Humanística E Teologia**, Lisboa, v. 37, n. 1, p. 11-18, 2016.

BÍBLIA. Bíblia Sagrada: Tradução da CNBB. 6. ed. Brasília: CNBB, 2023.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002.

BUENO, Felipe Sardinha; ULLOA, Boris Agustín Nef. **A Igreja canta o Magnificat: uma leitura eclesiológica de Lc 1,46-55**. **REVELETEO - Revista Eletrônica Espaço Teológico**, São Paulo, v. 8, n. 14, p. 274-302, jul./dez. 2014. ISSN 2177-952X. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/reveleteo>. Acesso em: 16 abr. 2026.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, **Texto bilíngue com comentários, fontes, interpretações autênticas e legislação complementar da CNBB, Acordo Brasil-Santa Sé e Índice analítico**, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 1ª edição, Brasília, 2024.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Constituição Dogmática Lumen Gentium sobre a Igreja**. Cidade do Vaticano: Santa Sé, 1964. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html. Acesso em: 23 out. 2025.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Constituição Pastoral Gaudium et Spes sobre a Igreja no mundo atual**. Cidade do Vaticano: Santa Sé, 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html. Acesso em: 23 out. 2025.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Decreto Presbyterorum Ordinis sobre o ministério e a vida dos sacerdotes**. Cidade do Vaticano: Santa Sé, 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651207_presbyterorum-ordinis_po.html. Acesso em: 23 out. 2025.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Carta sobre algumas questões respeitantes à Escatologia**. Roma: Vaticano, 17 maio 1979. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19790517_escatologia_po.html. Acesso em: 14 abr. 2026.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. **Documento de Aparecida: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe**. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulus; Paulinas, 2007.

CRISÓSTOMO, São João. **Homilias sobre a Caridade e a Esmola**. Tradução de A. R. Gonçalves. São Paulo: Paulus, 2011. (Coleção Patrística).

FIORETTI di San Francesco. **Capítulo VIII: Come andando per cammino Santo Francesco, e Frate Leone, gli spose quelle cose, che sono perfetta letizia**. Tradução de Centro Franciscano de Espiritualidade. Piracicaba: Centro Franciscano de Espiritualidade, [s.d.]. Disponível em: http://centrofranciscano.capuchinhosp.org.br/fontes-leitura?id=2873&parent_id=2864. Acesso em: 15 abr. 2026.

FRANCISCO, Papa. **Bula Misericordiae Vultus**. Vaticano, 11 abr. 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/bulls/documents/papa-francesco_bolla_20150411_misericordiae-vultus.html. Acesso em: 15 nov. 2025.

FRANCISCO, Papa. **Carta Apostólica Desiderio desideravi: sobre a formação litúrgica do povo de Deus**. Cidade do Vaticano, 29 jun. 2022. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_letters/documents/20220629-lettera-ap-desiderio-desideravi.html. Acesso em: 6 abr. 2026.

FRANCISCO, Papa. **Carta Apostólica Misericordia et Misera**. Vaticano, 20 nov. 2016. Disponível em:

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_letters/documents/papa-francesco-lettera-ap_20161120_misericordia-et-misera.html. Acesso em: 15 nov. 2025.

FRANCISCO, Papa. **Desiderio desideravi: Carta Apostólica sobre a formação litúrgica do povo de Deus**. Vaticano, 29 jun. 2022. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_letters/documents/20220629-lettera-ap-desiderio-desideravi.html. Acesso em: 9 abr. 2026.

FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica Gaudete et exsultate: sobre a chamada à santidade no mundo atual**. Cidade do Vaticano, 19 mar. 2018. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20180319_gaudete-et-exsultate.html. Acesso em: 06 abr. 2026.

FRANCISCO, Papa. **Gaudete et exsultate: Exortação Apostólica sobre a chamada à santidade no mundo atual**. Vaticano, 19 mar. 2018. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20180319_gaudete-et-exsultate.html. Acesso em: 9 abr. 2026.

FRANCISCO; AL-TAYYEB, Ahmad. **Documento sobre a Fraternidade Humana em prol da Paz Mundial e da Convivência Comum**. Abu Dhabi: 2019. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/travels/2019/outside/documents/papa-francesco_20190204_documento-fratellanza-umana.html. Acesso em: 11 abr. 2026.

GONZAGA, Waldecir; ALMEIDA FILHO, Victor Silva. **Misericórdia: uma expressão do amor entranhado de Deus — Uma leitura linguística e teológica de Lc 7,11-17**. Revista pesquisas em teologia, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 285-312, jul./dez. 2020. DOI: 10.46859/PUCRio.Acad.PqTeo.2595-9409.2020v3n6p285. Disponível em: <https://revistas.ucp.pt/index.php/humanisticaeteologia/article/view/9317>. Acesso em: 23 out. 2025.

JOÃO PAULO II, Papa. **Dives in Misericordia: sobre a Misericórdia Divina**. 30 nov. 1980. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30111980_dives-in-misericordia.html. Acesso em: 23 out. 2025.

JOÃO XXIII, Papa. **Discurso de Sua Santidade Papa João XXIII na abertura solene do SS. Concílio (Gaudet Mater Ecclesia)**. Cidade do Vaticano: Santa Sé, 1962. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council.html. Acesso em: 23 out. 2025.

KASPER, Walter. **A misericórdia: Condição fundamental do Evangelho e chave da vida cristã**. Tradução de Beatriz L. Gomes. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

KASPER, Walter. **Servidores da alegria: existência sacerdotal – serviço sacerdotal**. Tradução de José Maria da Silva. São Paulo: Loyola, 2008.

KOWALSKA, Santa Maria Faustina. **Diário: a misericórdia divina na minha alma**. 24. ed. Curitiba: Apostolado da Divina Misericórdia, 2002.

LEÃO XIV, Papa. **Carta Apostólica Uma fidelidade que gera futuro: por ocasião do LX aniversário dos Decretos Conciliares Optatum totius e Presbyterorum Ordinis**. Cidade do Vaticano, 22 dez. 2025. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/apost_letters/documents/20251208-una-fedelta.html. Acesso em: 14 abr. 2026.

LEÃO XIV, Papa. **Dilexi te: exortação apostólica sobre o amor para com os pobres**. Cidade do Vaticano, 9 out. 2025. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/apost_exhortations/documents/20251004-dilexi-te.html. Acesso em: 14 abr. 2026.

MACKENZIE, J. **Dicionário Bíblico**. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.

PASSOS, Graciliano. **Irmã Dulce: o anjo bom da Bahia**. Salvador: Editora Coração de Maria, 2019.

PAULO, VI. Papa. **Exortação Apostólica sobre a alegria cristã Gaudete in domino: ao episcopado, ao clero e aos fieis de todo o mundo**. São Paulo: Paulinas, 1974. 54 p. (A Voz do Papa, 84).

SKORKA, Abraham; PAPA FRANCISCO. **Sobre o Céu e a Terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SOUZA, Ney de. **História da Igreja: Notas Introdutórias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.